

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DAYBES ANTÔNIO PEREIRA PAULO GOMES

**Memórias e Arquivos Pessoais em espaços públicos:
um estudo sobre a “Coleção Família Bustamante” no
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**



Niterói
2016

DAYBES ANTÔNIO PEREIRA PAULO GOMES

**Memórias e Arquivos Pessoais em espaços públicos:
um estudo sobre a “Coleção Família Bustamante” no
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Graduação
em Arquivologia, como requisito
parcial para a conclusão do curso.

Orientador(a):
Prof^a. M^a. Raquel Luise Pret Coelho

Niterói
2016

DAYBES ANTÔNIO PEREIRA PAULO GOMES

**Memórias e Arquivos Pessoais em espaços públicos:
um estudo sobre a “Coleção Família Bustamante” no
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de Graduação
em Arquivologia, como requisito
parcial para a conclusão do curso.

Aprovada em _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profª M^a. Raquel Luise Pret Coelho (Orientadora) – UFF

Prof. M.e. Gabriel Moore Forell Bevilacqua – UFF

Prof. Dr. Vitor Manoel Marques da Fonseca – UFF

Niterói
2016

À Vera Lúcia e Robério, sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não deveria ser uma mera obrigação de educação ou formalidade. Mas sim um exercício que, ao ser realizado, te encha de alegria. Seja ele singelo ou grandioso, o ato de agradecer é uma dádiva que devemos cultivar todos os dias.

À Dona Vera e ao Seu Robério, agradeço pelo amor eterno e por tudo que vivi nesses 25 anos. Pela confiança nos meus atos, pelos ensinamentos de vida, por saber distinguir entre o certo e o errado, por poder estudar e hoje ser o primeiro a ter uma graduação.

À minha orientadora, Prof^a M^a Raquel Pret, pela paciência, por acolher a ideia do trabalho e por se enveredar comigo no mundo dos Arquivos Pessoais. Muito obrigado pelas brilhantes discussões e por termos mantido uma afinidade de pensamentos desde o início do projeto.

A todos que já passaram, desde 2012, pela equipe da Divisão de Processamento Técnico do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Gabriel, Clarissa, Mirian e Daniel: é um prazer trabalhar com vocês. Obrigado pelo companheirismo, confiança e amizade. Agradeço também a Maria Teresa Bandeira de Mello e Paulo Knauss pela oportunidade de tratar a Coleção Família Bustamante, que deu origem a esse trabalho. Agradecimentos mais que especiais à Gabi, Bia, Lelê e Suly por me aturar todas em todas as tardes de 2014.

Às equipes do Arquivo Nacional (Diego Barbosa), do CPDOC-FGV (Suemi Higuchi), da Fundação Casa de Rui Barbosa (Lucia Velloso de Oliveira), do Sistema Globo de Rádio e da ISSX, obrigado pelos ensinamentos práticos desta Ciência que me encantou.

À família que a vida fez questão que eu encontrasse: os amigos – em especial à Alana Paula Santos. Agradeço por todos os dias de preparação para o vestibular, por compartilharmos das mesmas aflições, alegrias e tristezas, pelas nossas reuniões e, acima de tudo, pela nossa amizade que dura até hoje. Obrigado por chorar meu choro e sorrir meu sorriso. Você é meu arco e minha flecha; À Nádia, Gabriel, Soraya e Dâmaris: sem vocês, a UFF seria um martírio ara mim. À Jessica, Marcos e Geovanna: sem vocês a Arquivologia não seria tão divertida. À Camilla Campoi, amiga que ainda me faz ter fé nessa sociedade com sua doçura. Obrigado pelo companheirismo dentro e fora do mundo arquivístico. Ao Osvaldo, Berlo, Sobreiro, Gustavo e Marcelo e ao Jonny por me ajudarem nos momentos difíceis de 2016: sem a ajuda de vocês, não estaria aqui hoje finalizando este trabalho.

Ao Ricardo e ao Paulo que, em momentos diferentes, acompanharam meu envolvimento com esse projeto. Obrigado por me ajudarem a ser o homem que sou hoje. Obrigado por depositar em mim uma confiança que ninguém depositou antes. Obrigado pela companhia e, principalmente, por me ensinarem a amar.

E por último, mas não menos importante, a você que, seja pela forma que for, chegou neste trabalho. Espero que goste do que irá descobrir nas próximas páginas e que te ajude a entender um pouco mais desse intrigante mundo dos Arquivos Pessoais.

RESUMO

O seguinte trabalho tem por objetivo a problematização dos Arquivos Pessoais no cenário da Arquivologia brasileira, relacionando-os com a constituição de memórias coletivas e individuais e seu papel no âmbito das instituições públicas de custódia, justificando, assim, sua importância como dispositivos que ajudam a contar a história da sociedade. Debate as relações entre os campos da Arquivologia, da História e da Memória por meio do estudo de caso da “Coleção Família Bustamante”, custodiada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Com a apresentação dos resultados do tratamento técnico do acervo, o trabalho busca evidenciar a importância das pesquisas para a elaboração de biografias – como uma abordagem contextual nos Arquivos Pessoais; e estudo dos cartões-postais e suas relações diretas e indiretas com a Fotografia e a Cartofilia e com o papel da mulher na sociedade carioca, no início do século XX, a fim de reforçar a importância do acesso a esse tipo de documentação para as pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais. Memória Afetiva. Família Bustamante. Cartões-Postais.

ABSTRACT

The following work aims to problematize the Personal Papers in the Brazilian Archival Science scenario, relating them to the individual and collective memories development and their role within the public institutions of custody, thus justifying the importance as devices that help to tell the story of society. Debate the relationship between the fields of Archival Science, History and Memory through the case study of "Coleção Família Bustamante", guarded by the Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. By presenting the results of the collection technical treatment, the work seeks to demonstrate the importance of research for the preparation of biographies - as a contextual approach to Personal Papers; and the study of postcards and their direct and indirect relationship with Photography and Cartophilia and also the women's role in Rio society in the early twentieth century, in order to enhance the importance of access to such documentation for academic research.

Keywords: Personal Papers. Affective Memory. Bustamante Family, Postcards.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Recorte do arranjo da Coleção Família Bustamante.....	39
Figura 02 - Recorte do arranjo da Série Eduardo Augusto dos Santos.....	40
Figura 03 - Recorte do arranjo da Série Hélio Sayão Bustamante.....	42
Figura 04 - Recorte do arranjo da Série Estella Bustamante.....	43
Figura 05 - Recorte da subsérie “Cartões-Postais”.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

COC – Casa de Oswaldo Cruz

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FGV – Fundação Getulio Vargas

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos

ICA-AtoM – International Council of Archives-Access to Memory

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PGD – Programa de Gestão de Documentos

SARE – Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado

SICAD – Sistema de Comunicações Administrativas e Documentação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1. Objetivos	12
1.1.1. Objetivo geral	12
1.1.2. Objetivos específicos.....	12
1.2. Justificativas	12
1.3. Quadro Teórico.....	14
1.4. Metodologia	16
CAPÍTULO I: Arquivos Pessoais e os rastros de memórias.....	17
2.1. Memória, História e Arquivo.....	19
2.2. O arquivo como (também) objeto da História.....	22
2.3. Arquivo Pessoal: “uma evidência de si”	24
CAPÍTULO II: A casa da memória e seus habitantes – Arquivos e arquivos ...	32
3.1. APERJ: Preservando a memória fluminense	34
3.1.1. Captação de acervos.....	37
3.1.2. A Coleção Família Bustamante	38
3.2. Metodologias e práticas	44
3.2.1. Jornais como fontes para a elaboração de biografias	46
3.2.2. A coleção dentro da coleção: a organização de Cartões-postais	48
CAPÍTULO III: Cartões-postais – resquícios de uma memória familiar	53
4.1. O cartão-postal e a fotografia	53
4.2. Os postais, a família e a sociedade	56
4.3. A guarda de objetos e a formação de coleções	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais têm ocupado, nos últimos anos, um espaço respeitado no meio arquivístico brasileiro, principalmente no tocante da discussão teórica e das práticas de descrição e organização.

Segundo Christine Nougaret (2008 *apud* OLIVEIRA, 2012), sua importância começa a ser reconhecida na França a partir da segunda metade do século XIX. Segundo a autora, a inserção dos arquivos pessoais no âmbito do cenário arquivístico deveu-se, principalmente, ao seu interesse histórico. Com isso, há o entendimento de que passam a ser constituintes do patrimônio nacional e, em consequência, tornam-se de interesse público¹. Contudo, é em 1891 que os arquivos pessoais alcançam notoriedade no âmbito público:

Porém, é só ao final da Primeira Guerra Mundial que o ingresso dos arquivos pessoais no âmbito público mundial ganha força, destacando-se por serem reconhecidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando houve o entendimento de seu valor para estudos históricos e como registros da memória das nações.

Com o crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência, os arquivos pessoais constituem-se de valiosas fontes de pesquisa, já que abarcam os mais diferentes tipos documentais e pela oferta de informações complementares aos arquivos de natureza pública.

Por meio de dispositivos legais, alguns arquivos pessoais podem ser classificados como de interesse público e social, em virtude de conterem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica de um país. No Brasil, dispomos de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso às informações de natureza privada.

Além da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados – conhecida como Lei de Arquivos –, que

¹ É importante salientar, segundo Oliveira (2012, p. 24-25), que esta compreensão de Patrimônio Nacional e Interesse Público começam, entre outras coisas, com a queda do Antigo Regime e o recolhimento dos arquivos dos nobres e de imigrantes aos repositórios públicos, além da criação do Arquivo Nacional da França.

possui um capítulo dedicado aos Arquivos Privados, temos o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, e a Resolução CONARQ nº 17, de 25 de julho de 2003, que dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Já, no âmbito estadual, temos a Lei Estadual nº 5.562, de 20 de outubro de 2009, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O APERJ mantém a guarda da Coleção Família Bustamante, que reúne documentos entre 1874 e 1978, composta por, aproximadamente, 0,9 metros lineares de documentação textual, 895 fotografias, 1250 cartões-postais e 20 itens tridimensionais. A Família Bustamante, representada nesta coleção, compreende três gerações familiares: os Souza Santos, os Sayão Bustamante e, por fim, os Bustamante. Logo, a coleção recebeu o nome do núcleo que acumulou a maior parte dos documentos.

Eduardo Augusto de Souza Santos dedicou boa parte de sua vida à medicina e ao Exército brasileiro. Com a fundação da empresa Ferro-Carril Carioca, foi um dos precursores na implantação dos bondes elétricos na cidade do Rio de Janeiro, sendo responsável pela linha que ligava o Centro ao bairro de Santa Teresa, passando pelo antigo Aqueduto da Carioca, também conhecido como os Arcos da Lapa; Hélio Sayão de Bustamante, Almirante na Marinha do Brasil, dedicou grande parte de sua vida ao ensino, como professor da Escola Naval entre as décadas de 1920 e 1940; e Estella Santos de Bustamante, esposa do Almirante Bustamante, mãe de sete filhos, acumulou durante sua vida a coleção composta por 1250 postais, retratando diversos lugares do mundo e diversos períodos do século XX.

A coleção está organizada em 5 séries: 4 delas agrupam os documentos por membro da família produtor e uma reúne fotografias de várias gerações da família. Elas contêm documentos relativos à Companhia Ferro-Carril Carioca; registros textuais e fotográficos sobre a trajetória de Hélio Bustamante na Marinha do Brasil; documentação de caráter fiscal e referente a imóveis e outros bens tais como jazigos em cemitério; correspondência pessoal e artigos de autoria de Augusto de Souza Santos. Inclui ainda cartões-postais, *souvenirs* de viagens, fotografias e álbuns fotográficos contendo retratos e registros de férias e passeios dos membros da família centrados, principalmente, no núcleo de Estella e Hélio.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo geral

Temos como objetivo geral deste trabalho a problematização dos Arquivos Pessoais no cenário da Arquivologia brasileira, sua relação com a constituição das memórias coletivas e, em consequência, seu local dentro de instituições públicas de custódia, justificando como importantes dispositivos que ajudam a contar a história da sociedade.

1.1.2. Objetivos específicos

Como objetivos específicos temos a discussão sobre as relações entre os campos da Arquivologia, da História e da Memória, as definições de Arquivos Pessoais, a diferença entre Fundo e Coleção de arquivo, além da ideia de Memória Afetiva, ou o que nos faz acumular coisas e dar valor sentimental a elas.

Além disso, falar sobre a missão do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro como o mantedor da memória do Estado, discorrer sobre a Coleção Família Bustamante, a importância das pesquisas para a elaboração de biografias como uma abordagem contextual nos Arquivos Pessoais, a fim de justificar seus vínculos arquivísticos, e os resultados do tratamento técnico.

E, num terceiro momento, focalizar num conjunto específico desta Coleção que são os cartões-postais, abordando suas relações diretas e indiretas com a Fotografia e a Cartofilia e com o papel da mulher na sociedade carioca, no início do século XX.

1.2. Justificativas

A justificativa deste trabalho se dá porque os documentos produzidos e acumulados na vida privada registram a intimidade, as atividades profissionais e de negócios, as relações familiares ou sociais de seus titulares. Porém, o processo de produção dos Arquivos Pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões. Entretanto, os documentos traduzem códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. Esses códigos ou sinais são relevantes para a

compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos.

Esses códigos sociais serão seguidos principalmente por essa camada que tem seus arquivos recolhidos às instituições arquivísticas: os intelectuais, políticos, artistas, etc. Afinal, tradicionalmente o ingresso dos Arquivos Pessoais em instituições arquivísticas e de memória acontece após o reconhecimento da importância de seu titular para a sociedade ou para um de seus segmentos.

Apesar de não regulados por normas oficiais, os documentos produzidos no âmbito da vida pessoal são regulados pelas normas sociais de civilidade e polidez que expressam os relacionamentos entre os diversos pares do titular do arquivo, entre si e com o próprio, as circunstâncias sociais, os eventos, os atos, etc.

Objeto de grande interesse pelos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, os Arquivos Pessoais e familiares traduzem o modo de vida da sociedade e subsidiam a construção de uma compreensão da realidade do país. Logo, a disseminação das informações arquivísticas é, portanto, fundamental para a preservação dessa identidade e para tal, se fez necessário organizar esses acervos, inseri-los em bases de dados *online* e torná-los disponíveis para o público.

A Coleção Família Bustamante sempre foi, ao mesmo tempo, uma admiração e um mistério no APERJ: admiração pela sua beleza e variedade iconográfica, e mistério, sobretudo, a respeito de sua doação – o primeiro registro oficial na instituição data da segunda metade da década de 1990, já a respeito de seu tratamento técnico, depois só reaparecendo nas atividades da antiga Divisão de Documentos Permanentes, no ano de 2004. Com o passar dos anos, devido à falta de consistência no corpo funcional da instituição, a coleção foi recebendo pequenas incursões técnicas, nenhuma delas de fato, documentadas, afim se de relatar uma história arquivística do conjunto documental.

E é em respeito aos dispositivos legais supracitados que, em 2013, como estagiário na Divisão de Processamento Técnico do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fui apresentado à Coleção Família Bustamante, conjunto documental norteador deste trabalho, e assim, tive a oportunidade de aliar os fazeres arquivísticos apreendidos na Universidade e em outros estágios com a curiosidade de um historiador de esmiuçar a vida alheia e, a partir daí, dar (re)significados aos documentos que antes estavam ali “aprisionados”.

Neste ano, quando um corpo funcional bem estruturado e que, principalmente, atua na casa há alguns anos, foi-se decidida à volta do tratamento da Coleção ao escopo do planejamento anual vigente. Todo o trabalho foi executado um membro do Serviço de Documentos Especiais e mais um estagiário durante, aproximadamente, dois anos, executando-se todos os procedimentos técnicos - e documentando todos os passos - para a disponibilização à consulta pela população.

O tratamento iluminou não só a importância iconográfica da Coleção – já bastante difundida dentro do APERJ –, como também revelou uma documentação de temáticas adversas às outras Coleções Particulares (de caráter político) custodiadas pela instituição – e também como um todo à documentação recolhida do Executivo estadual, originando, assim, uma importante discussão a respeito das políticas públicas de doação de acervos privados adotadas pela instituição. Além disso, o tratamento da Coleção acarretou uma série de discussões internas na instituição, enaltecendo, assim, o enriquecimento técnico e profissional dos funcionários a respeito do tratamento dado a Arquivos Pessoais.

1.3. Quadro Teórico

Em relação às discussões teóricas propostas neste trabalho, entendemos como **documento de arquivo** os documentos que, independente da natureza ou suporte, são produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas (CAMARGO, 2010, p. 21), e que o conjunto destes documentos formam um **fundo**, ou o

[...] conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p. 128)

Em contraponto à ideia de **fundo**, temos a ideia de **coleção**, definida pelo Dicionário de Terminologia Arquivística como a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum” (CAMARGO, 2010, p. 31).

Para conceituar **Arquivos Pessoais**, também retomamos à Heloísa Bellotto, por defini-los como um:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

Como justificativas para corroborar a ideia de Arquivos Pessoais como arquivos, ou seja, que os documentos produzidos por pessoas físicas no âmbito da sua vida privada também são considerados como documentos de arquivo, utilizamos a canadense Luciana Durante, quando propõe que:

[...] as características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico, seja com propósitos administrativos ou culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, (...) como à história (...). De fato, ambos contam com a reconstrução mental do passado para seus julgamentos e interpretações. (DURANTI, 1994, p. 4)

Temos como imparcialidade a capacidade dos documentos de refletirem fielmente as ações do seu produtor; como autenticidade, a manutenção da integridade do fundo de arquivo; como naturalidade, o nascer de uma ação; como inter-relacionamento, a relação com outros documentos oriundos de uma mesma atividade; e como unicidade, eles serem únicos perante sua criação (DURANTI, 1994, p. 49-64).

Partindo para uma visão social dos arquivos, utilizaremos os trabalhos de Pierre Nora e Maurice Halbwachs para delimitar os campos de memória e história; os textos de Regina Abreu, no tocante à representação de personagens por meio de seus objetos, e com isso, também, contribuirão para a representação de uma memória nacional. Também estão fundamentadas nestes autores as discussões referentes aos locais de representação da memória, ou seja, os Arquivos, as Bibliotecas e Museus enquanto casas destes vestígios; Jean Baudrillard e Krzysztof Pomian também serão autores utilizados neste trabalho por relacionarem o sujeito

em relação às suas coleções e acumulações, dando liga ao objeto colecionado e seu tutor.

Os estudos sociais referentes aos cartões-postais e sua relação com a sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX, estarão pautados nos autores Verônica Pimenta Velloso, Nelson Schapochnik e Solange Ferraz de Lima, pela sua contemporaneidade e referência a respeito do assunto; Também serão analisados neste trabalho diferentes instrumentos de pesquisa e relatórios de atividades provenientes do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

1.4. Metodologia

A metodologia deste trabalho pode ser apresentada em três etapas: a primeira delas, expressadas no “Capítulo I”, refere-se ao levantamento e a revisão bibliográfica sobre os temas abordados no decorrer do trabalho, evidenciando as relações entre memória (em coletividade e em singularidades), história e arquivos e a questão da representatividade social de um acervo em instituições de informação. No “Capítulo II”, a ideia é apresentar o estudo de caso e as justificativas de instituições arquivísticas como as mais aptas para tratar deste tipo de acervo, objeto desta pesquisa. Por fim, no “Capítulo III”, o objetivo é fazer um recorte ao abordar o cartão-postal como fio condutor de um estudo sobre a família carioca no início do século XX, justificando, mais uma vez, a importância dos Arquivos Pessoais para o entendimento da sociedade.

Nesse projeto pretendemos usar a Coleção Família Bustamante como campo empírico, porque além de não existir a figura do produtor de arquivo – o que traz para a documentação um conjunto muito variado de documentos, temáticas e tipos documentais –, ela é uma coleção com um conjunto documental significativo, que nos permite transitar sobre discussões de diferentes áreas do conhecimento, em especial, do campo arquivístico e do campo historiográfico.

CAPÍTULO I: Arquivos Pessoais e os rastros de memórias

A fim de introduzir as temáticas a serem abordadas neste capítulo, permito-me apresentar uma situação hipotética para, assim, tentar representar a sensação das angústias e incertezas de uma pessoa diante do que virá a ser suas lembranças, seus registros, enfim, a sua marca no mundo em que vive.

Ao final de mais um dia de trabalho, Marina é convocada para uma reunião com seus gerentes. Ali, depois de receber inúmeros elogios sobre seu desempenho e dedicação ao longo dos anos na empresa, Marina é comunicada que receberá uma promoção para o cargo de Gerente Regional. Porém, aceitando o novo cargo, Marina terá de se mudar para outro estado, com todo o trâmite da mudança e localização de um imóvel – compatível com o seu atual – custeado pela empresa. Marina aceita a proposta e é avisada que terá de se mudar em uma semana. Por causa desta situação, terá a semana livre para organizar a mudança.

Neste trabalho de empacotar objetos, seu quarto é o último cômodo a ser desmontado. Ali são encontrados diversos objetos que despertam em Marina diferentes sentimentos e lembranças – fotografias de seus pais, da sua infância, seus diários de adolescência, cartas de amor, etc. Artefatos que para muitos seriam bobagens, mas que para ela, significava sua trajetória individual.

Marina então decide continuar guardando estes objetos em sua nova casa, já que, para ela, a importância deles transcende o factual valor de prova, mas também, por consideram que eles expressam materialmente suas memórias, sua história de vida, sua marca na sociedade.

Ao enveredar-nos pelos campos das lembranças e dos esquecimentos, ou mesmo da apropriação de um objeto enquanto relíquia, ou colecionável, uma discussão teórica que permeia diversas áreas do conhecimento – tais como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia e, também, a Arquivologia – é levantada: a memória.

Os arquivos pessoais têm sua primeira morada em casas como a de Marina. São locais de lembrança, onde as recordações do passado estão presentes e o olhar sobre elas difere em função de quem as observa.

Por ser a mesma casa em que morou a vida inteira, nossa personagem depositou ali não só seus móveis e objetos pessoais, mas também suas lembranças que, na correria do cotidiano, ficaram guardadas em sua memória: sua infância, os laços sentimentais com seus pais, etc. Estas lembranças, uma a uma, seriam revividas a partir do empacotamento de seus pertences, ao reencontrar objetos que fizeram parte de sua história – cartas, fotografias, anotações, postais, diários...

Porém, se fosse outrem a fazer esse “empacotamento de memórias”, seria com uma subjetividade completamente diferente, produzindo, assim, apagamentos muito mais evidentes em seu passado, o que justifica a fala de Lúcia Velloso de Oliveira, quando afirma que:

[...] os Arquivos Pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram. (OLIVEIRA, L. 2008, p. 39)

Observando o local onde estas memórias estão depositadas, esta casa poderia ser comparada a um Museu que, na visão de Pierre Nora é simultaneamente um “lugar de memória”, por mediar passado e presente, e um “lugar de histórias”, onde se registram as formas de classificar o tempo e as coisas (NORA, 1993). Uma segunda interpretação pode ser aferida a partir da visão de Pierre Bourdieu, onde o arquivo acumulado ali é resquício material do “conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 1996, p. 183). Uma terceira interpretação poderia ser dada a partir dos pensamentos de Maurice Halbwachs, onde as lembranças ali perpetuadas são, ao mesmo tempo, “individuais” e “coletivas” (HALBAWCHS, 2006).

Com isso, ao nos depararmos com as evidências da existência de nossa personagem, permeamos entre o campo da Arquivologia – ao analisar os documentos como constituintes de seu processo de vida – e da História, ao percebermos as possibilidades de escrita do passado.

Neste capítulo, discutiremos dentro do campo arquivístico e historiográfico os conceitos de memória e arquivos pessoais, pois a casa de nossa situação fictícia estava povoada de documentos, objeto tanto da Arquivologia quanto da História.

Cabe ressaltar que, neste primeiro momento, não estará em foco discutir as formas de organização de um arquivo pessoal, mas sim tentar compreendê-lo como uma *evidência de si* (MCKEMMISH, 1996). Uma maneira de perceber o indivíduo acumulador, ou seja, discutir o que é um arquivo pessoal quando este se insere como objeto de pesquisa e pode ser entendido como arquivo de memória.

2.1. Memória, História e Arquivo

O estudo da memória é preenchido pelas noções de lembrança, esquecimento, silêncio, recordação, relíquia, lugares, passado, presente e futuro, traduzidos na dialética entre memória e história, entre o “afetivo” e a “operação intelectual”.

Ao adentrarmos nos estudos de Maurice Halbwachs, precisamos entender que a ideia de “lembrar” de algo requer a existência de um acontecimento e de um ator.

Nessa perspectiva, segundo o autor, temos a noção individual de memória, na medida em que entendemos que é preciso haver uma pessoa que participou do fato, seja como ouvinte ou como ator, que se lembre daquele fato e que possa relatá-lo e guardá-lo. Temos então, a noção de memória como faculdade de armazenamento de informações e podemos classificá-la como “memória individual”.

A questão central para Halbwachs está na afirmativa de que a memória individual sempre irá existir a partir de uma memória coletiva, já que lembranças são constituídas dentro de um determinado grupo de referência do qual o indivíduo já fez parte e com o qual já se identificou e fundiu com o seu passado. Ou seja, mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Há, portanto, uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva, visto que não será possível ao indivíduo recordar de lembranças de um grupo com o qual suas lembranças não se identificam. Segundo Halbwachs:

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Nesse sentido, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. O

indivíduo participa então de dois tipos de memória (individual e coletiva) e isso se dá na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Dessa maneira, a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica. É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 2006).

Ao pensar na relação existente entre memória e história, podemos perceber a questão de como o passado será visto pelo presente e qual a implicação disso no futuro, mas também como o futuro de hoje será o presente, e o hoje, passado do amanhã.

A mudança na relação dialética entre memória e história é percebida por Pierre Nora, onde o objetivo de sua obra era tentar explicar os “lugares de memória” (NORA, 1993). Em sua fala, memória e história estão em campos completamente antagônicos, ou seja, o que hoje entendemos como memória nada mais é do que história. Para ele, deixamos de ter uma história-memória, pois esta foi capturada pela história. Em outras palavras, utilizando-nos das explicações de Regina Abreu para entender o discurso de Nora, entendemos que:

[...] a memória integra a vida social, enquanto a história integra um corpo específico de conhecimentos datados, teorias, métodos e instrumentos próprios. Todas as sociedades de todos os tempos são permeadas pela memória social. A história é uma construção da sociedade ocidental moderna, fruto da segmentação dos saberes em disciplinas relativamente autônomas [...]. O exercício da memória depende apenas de uma vivência em comum, sendo também fundamental para a vida em sociedade. O exercício da história liga-se necessariamente à ação de um corpo de especialistas treinados: historiadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, cientistas sociais. (ABREU, 1996, p. 39)

Para Nora, haveria uma tendência do esvaziamento e perda da memória e, em consequência, o aumento da percepção histórica, ou seja, houve um crescimento de instituições museológicas, bibliotecas, arquivos, sinalizando, paradoxalmente, um esfalecimento da memória coletiva:

[...] Para ele, crescem o número de “lugares de memória” na mesma proporção em que a memória coletiva se esvai. Cada vez mais os países formam profissionais voltados para a preservação e a catalogação dos “fatos de memória” exatamente porque nas sociedades modernas perdeu-se a capacidade de memorizar, de passar de uma geração a outra as tradições e os costumes. (ABREU, 1996, p. 39)

Mas essa nova relação entre história e memória também identifica uma nova mudança, a que Halbwachs chamou de “ritmo cada vez mais acelerado de uma vida social” (HALBWACHS, 1994 *apud* OLIVEIRA, I. 2009) ou, como Nora denominou, a “aceleração da história”. Neste caso, é o futuro que cede terreno ao presente; o agora anseia pela eternidade; vivemos uma necessidade do presente.

É dentro dessa “crise do presentismo” (HARTOG, 1996), desse novo regime de historicidade, que a memória sofre uma transformação, uma “metamorfose”:

[...] menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo. (NORA, 1993, p. 14)

Com isso, a produção documental é afetada devido a esta transição entre a memória e a história, quando se há a diferenciação entre documentos escritos e orais. Para Nora, ambos estariam passíveis de crítica, deixando de ser apenas vestígios do passado, ocupando, assim, o lugar de fontes históricas.

Conseqüentemente o “arquivo muda de sentido e de ‘status’ simplesmente por seu peso. Ele não é mais a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido.” (NORA, 1993, p. 16).

Isto significa dizer que o processo de memorização está ligado ao processo de esquecimento daquilo que não será útil. Do ponto de vista arquivístico, significa o momento de avaliação documental, o momento de escolha daqueles que serão preservados por um segundo momento, após a conclusão de todo seu processo de tramitação e encerramento da atividade para qual foi produzido – sendo transferidos para arquivos centrais/intermediários – ou recolhidos para a preservação permanente e, assim, farão parte da memória e da possibilidade de se tornarem objeto da história; é o momento daqueles que não mais têm valor para quem os produziu e então são reconhecidos por seu “valor secundário” mencionado por Shellenberg (2002).

Nesse sentido, ao pensar na relação entre memória, história e arquivo, temos a relação que se instaura no sentido de “objeto da história”, bem como o das formas de acesso e preservação do passado para viabilizar a “escrita da história”.

2.2. O arquivo como (também) objeto da História

Como já vimos no discurso de Nora, a ausência da memória induz à necessidade de abrigá-la em lugares, sejam Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros ou Sociedades. De certa forma, poderão ser considerados “lugares de memória”, no sentido analisado por Nora, e sem dúvida são mais um sintoma do “boom” memorialista que invade a França, a partir das comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa.

Este “boom” também acarreta numa acelerada busca de uma construção ou reafirmação de uma identidade e o papel dos Arquivos é de extrema importância, já que virão a ser lugares onde o ato de exercer sua cidadania é inerente ao espaço de guarda destes documentos

Essa discussão remete a questões de identidade ligadas ao chamado “dever de memória”. Luciana Heymann (2007) analisa como se processa dentro da França a construção do conceito de “dever de memória” e como este conceito se articula com a memória e a história. Neste caso, o dever de lembrar e testemunhar não seriam apenas o dever de manter vivo o passado, mas, fundamentalmente, a ideia de reparação, ou de que merecem o devido reconhecimento aqueles que sofreram.

No entanto, os arquivos, principalmente os Arquivos Pessoais, são sempre vestígios do passado, podendo ser ou não voluntários, em função de seu acumulador. O “traço de personalidade” (OLIVEIRA, 2009) daquele que será o produtor do arquivo ajudará a determinar até que ponto esse é fruto de uma acumulação involuntária ou não. A ideia de se preservar para o futuro, da consciência de fazer parte de uma determinada sociedade e do seu papel nela, é um traço de um Arquivo Pessoal.

Além disso, o Arquivo Pessoal inclui-se na categoria de vestígio formulada por Rousso (1996), definida pelo autor como:

[...] o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu (ROUSSO, 1996, p. 5)

Quando narramos àquela situação fictícia, ao apresentar a angústia frente à impossibilidade de compartilhar a mesma lembrança, a relação entre individual e coletivo analisada por Halbwachs (2006) passou a fazer parte da discussão sobre memória.

A fala de Halbwachs (2006) remete a mais uma questão dentro do estudo de memória: a relação entre lembrar e esquecer. O ato de lembrar é individual, porém a lembrança somente é real quando compartilhada; o outro, mesmo invisível, está presente nesta relação. Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que os permitam continuar fazendo parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações. Se isso não acontece, segundo Halbwachs (2006, p. 39-40), pode-se dizer que há o desaparecimento de uma memória coletiva.

Lembramos o que nos é útil lembrar, o que tem algum significado. Destruímos os fatos que, de alguma maneira, não devem ocupar o campo da lembrança. Essa mesma lógica pode ser observada no ofício do arquivista que necessita selecionar e racionalizar a produção documental, a fim de, num primeiro momento, preservar o que é de fato prova da atividade de um produtor, ou seja, o que Shellenberg (2002) nos aponta como a preservação do “valor primário” do documento de arquivo e, também, o arquivista deve preservar a memória, manter a lembrança de caráter histórica, o seu “valor secundário”.

Em outras palavras, os Arquivos Pessoais são, de certa forma, um ato de recordar, ou melhor, são as recordações do passado que sobreviveram à seleção da memória, à destruição do tempo e às escolhas dos indivíduos.

Um dos meios de troca mais comuns de memórias e – por que não dizer – de tentativas de esquecimento entre os indivíduos são as correspondências. Elas constituem, ao mesmo tempo, uma porta para desvendar o passado e uma fonte

para escrevê-lo. Nos Arquivos Pessoais, são, na maioria das vezes, as correspondências que viabilizam não apenas a descoberta de quem foi o seu produtor, mas principalmente as cadeias de relações que este construiu ao longo da vida.

Sendo assim, debruçar-se sobre este tipo de documento significa abrir, em muitos momentos, uma “Caixa de Pandora” que pode revolucionar toda a visão sobre um determinado fato, um determinado momento da história. Do ponto de vista social, histórico e antropológico, as correspondências podem vir a ser interpretadas como um manancial de pesquisa.

Seu lugar de destaque nos Arquivos Pessoais pode ser traduzido tanto na relação que se estabelece com a memória quanto na possibilidade de perceber os inter-relacionamentos daquele autor com a sociedade que o cerca.

2.3. Arquivo Pessoal: “uma evidência de si”

A todo o momento, no mundo moderno, o indivíduo precisa comprovar quem é: sua certidão de nascimento registra, antes de tudo, seu nome e sua ascendência, seu local de nascimento e data de seu nascimento; sua cédula de identidade reforça esse pensamento de indivíduo perante a jurisprudência local; os recibos de banco comprovam o pagamento das contas, etc. Ao longo de sua vida, um indivíduo tende a acumular estes documentos e outros objetos pelos mais diferentes motivos e, em consequência (intencional ou não) eles acabam servindo de evidência para sua existência, sua passagem pela sociedade e que, uma vez compondo seu Arquivo Pessoal, torna-se a representação do seu passado.

Em sua obra, Ana Maria de Almeida Camargo indaga o leitor à discussão teórica a respeito da recorrente ideia – ao analisarmos a historiografia arquivística, percebemos a tradicional ligação secular dos arquivos ao poder público, e à ideia de local depositório da memória da nação – de que Arquivos Pessoais não podem ser entendidos como arquivos:

[...] é como se não houvesse sustentação teórica para afirmar o valor probatório de certos documentos que escapam à condição de veículos ou produtores de transações, no sentido que os arquivistas de língua inglesa emprestam ao termo, ou seja, ações comunicadas entre duas ou mais pessoas, ou também entre uma pessoa e um conjunto de informações armazenadas e disponíveis a outras pessoas. (CAMARGO, 2007, p. 40)

Também envolvido nesta discussão acerca do que é um arquivo e o seu papel real nas comunidades, Terry Cook já alertava, em 1998, a distinção ocorrida entre Arquivos Pessoais e Arquivos Públicos, no tocante ao tratamento técnico, como se o primeiro fosse menos importante que o segundo. Por se tratarem do fruto das funções e atividades de um indivíduo e por se “conectarem” pela sua natural acumulação, esta separação constatada por Cook é considerada inconsistente, já que, diante da visão do tratamento técnico a ser dado aos acervos, ele não deve considerar estas distinções. Porém, até nossos dias essa dicotomia é uma nítida realidade entre os profissionais da área.

Tanto Camargo (2007) quanto Cook (1998) rebatem a ideia de que um arquivo cujo acumulador seja um indivíduo não possa ser considerado arquivo no sentido *stricto sensu*, ou seja, como um conjunto de documentos acumulados no decorrer do exercício de suas atividades.

A formação dos Arquivos Pessoais, como apontam Celia Maria Costa e Priscila Fraiz (2001, p. 5), deve ser encarada a partir do aparecimento das assinaturas em documentos, no século XIV. Este dispositivo marca a identidade do indivíduo e passa a ser responsável por atestar transições entre entes da sociedade. Essa mudança no comportamento da sociedade faz com que os Arquivos Pessoais e familiares iniciem suas trajetórias: os indivíduos agora guardam e organizam seus papéis e os de sua família a fim de garantir direitos e cumprir obrigações.

Nesse sentido, o início da guarda de documentos pelo indivíduo moderno concebe as bases para colocar os documentos pessoais num lugar que Duranti (1994, p. 50) define como “de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos”, já que a assinatura traz para o indivíduo a função de provar ao outro sua própria existência por meio de papéis e de dar fé a seus atos em relação ao Estado Moderno.

Essa necessidade desprovida de intencionalidade acaba por ser o marco original dos Arquivos Pessoais, apesar de sua existência ainda ser objeto de intensa discussão por parte dos arquivistas.

Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, um Arquivo Pessoal é o “arquivo de uma pessoa física” (2005, p. 34). Esta definição insere-se no conceito de arquivos privados, entendido como o “arquivo de uma entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (2005, p. 35). No entanto, estas duas definições acabam acarretando certa ambiguidade, pois na literatura podem ser

encontrados os termos *arquivo privado* e *arquivo privado pessoal*, ambos para designarem o Arquivo Pessoal.

No entanto, o *Dicionário de Terminologia Arquivística* não traz entre seus verbetes o conceito de Arquivo Pessoal; apenas o de arquivo privado, entendendo-o como o “conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas” (2010, p. 24).

Essa dicotomia pode ser entendida em Heloísa Bellotto (2006), que discute a definição de arquivos privados remetendo à questão do que seja um documento privado. Segundo ela, o que caracteriza um documento como público ou privado é o que irá determinar sua inserção nos arquivos públicos ou privados. Em outras palavras, é a natureza da documentação, bem como suas características contextuais, que define o arquivo como privado e este como pessoal.

Bellotto (2006, p. 268-270) caracteriza o documento privado definindo uma série de elementos: a questão da produção, a diferença entre pertencer a um conjunto orgânico ou não, o prazo de utilidade ao órgão produtor e o valor para guarda. De todos os elementos mencionados, o que irá caracterizar o documento como público ou privado será o seu contexto de produção, ou seja, onde o documento foi produzido.

Para o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, são documentos de arquivo somente aqueles cuja origem encontra-se no seio da administração pública, excluindo-se desse processo os documentos cujo contexto de produção não venha dessa esfera. Essa visão acabou por excluir, por um período de tempo, os documentos cujo contexto de produção estivesse na esfera privada, seja em relação às empresas ou às pessoas e famílias.

Dessa forma, para considerar o documento como sendo de caráter privado faz-se necessário definir o contexto de produção do mesmo, ou seja, definir se foi produzido por uma instituição pública, por uma empresa privada ou por uma pessoa ou família. É necessário ressaltar que há a possibilidade de se encontrar documentos de caráter público dentro de um Arquivo Pessoal, ali inserido pelos mais diferentes motivos. Porém, esta discussão não é o foco do trabalho apresentado.

Para Heymann (1997, p. 2), “é a pessoa [...] que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo”. No entanto, pode não ser verdadeiramente quem constitui o arquivo, pois a acumulação dos registros

perpassa por uma trajetória que pode ir além da vida do titular do acervo, tornando-se uma falácia o entendimento do Arquivo Pessoal como retrato fiel da “memória” do titular já que, propositalmente ou não, existem apagamentos e reforços em relação à certas opiniões ou eventos da vida da pessoa, por exemplo, que foram efetuados por ela mesma, ou pelos custodiadores de seu acervo.

Este tipo de compreensão pode ser uma “ilusão”, ou seja, um Arquivo Pessoal, após seu tratamento para o acesso ao usuário, representa não só o fruto da acumulação do titular, mas as decisões técnicas e políticas para sua organização e representação. Pensar, então, o Arquivo Pessoal apenas como o “retrato da memória fiel de seu titular” significa desconsiderar seus possíveis *refazimentos* (Heymann, 2005, p. 7).

Outra possibilidade de *fazimentos* é o que Fraiz (1998) chamou de *meta-arquivo*, ou seja, a capacidade que o titular tem de estipular as diretrizes da organização de seu acervo, mesmo que o objetivo não seja a sua organização em si, mas a busca de uma organização para o exercício de alguma atividade, ou mesmo a vontade de pôr em ordem sua vida documental.

Tanto Heymann quanto Fraiz consideram o arquivo o fruto de tensões que vão muito além da simples acumulação dos documentos de um indivíduo. Consideram que os arquivos resultam da relação que esse terá com a sociedade e como os sujeitos que interagem com os arquivos poderão interferir em sua acumulação, constituição e organização.

Sendo assim, talvez possamos compreender Arquivo Pessoal ou arquivo privado pessoal como o fruto de diferentes variáveis. Todas se tornam fatores de sua constituição, mas todas têm um ponto de convergência: o indivíduo. A forma pela qual os documentos foram gerados e organizados, seja pelo produtor, seja por outra pessoa e a necessidade de armazená-los para a realização de suas atividades, de guardá-los como forma de prova em função de alguma atividade, lembrança e recordação de acontecimentos passados podem ser consideradas variáveis ou fatores de constituição de um Arquivo Pessoal. Podemos perceber, então, o Arquivo Pessoal como uma *escrita de si*, um testemunho desse indivíduo enquanto ser construído da sociedade moderna.

Esta mesma noção de documentos como testemunhos de vida pode ser observada no artigo *Evidence of Me*, de Sue McKemmish (1996, p. 175, tradução nossa), quando a mesma define que o “processo de acumulação é um ‘tipo do

testemunho”, ou seja, é uma maneira de evidenciar e memorizar nossas vidas, nossa existência, nossas atividades e experiências, nossos relacionamentos com o outro, nossa identidade, nosso “lugar” no mundo.

McKemmish propõe uma discussão, por meio de histórias fictícias ou não, em que os personagens, em seus escritos, mais precisamente em suas cartas ou diários, registram suas vontades, impressões, ilusões, esperanças, alegrias e angústias. Ações como guardar, queimar e preservar se instauram nas vozes daqueles que um dia se tornarão os titulares de um arquivo, nesse sentido, transitando entre a lembrança e o esquecimento.

Em seu artigo, podemos vislumbrar como alguém, pelos mais diferentes motivos, pode vir a exigir que esses registros, comprovação de sua própria existência, sejam destruídos, num possível ato inconsciente de apagar qualquer *evidência de si*, pois aos olhos dos produtores esses registros podem não ser merecedores de constituir-se enquanto lembrança. Já para outros, esses mesmos registros podem ser armazenados a fim de testemunhar sua existência, como uma forma de perpetuar-se.

O olhar sobre o que se produz pode vir a ser um determinante para se perpetuar uma lembrança nos Arquivos Pessoais. No entanto, em ambos os casos, as pessoas não têm como objetivo entenderem-se enquanto objeto de memorização, apesar de poderem vislumbrar-se enquanto objeto desta mesma memorização.

Esse conceito de McKemmish está em consonância com o conceito de Nora de “lugares de memória”, no sentido, que são construções arbitrárias, destinadas à lembrança, à tentativa de refrear o tempo e que não necessariamente são espaços do olhar crítico ao passado. São, antes de tudo, a memória de seus produtores.

McKemmish instaura uma discussão sobre o entendimento acerca dos Arquivos Pessoais, em relação às ações que levam a manter ou não os documentos, bem como à forma de tratá-los, organizá-los, preservá-los e eliminá-los. Mais uma vez aqui é evidenciada a questão das intervenções do produtor/custodiador nos arquivos, o que reforça a ideia que apresentamos neste trabalho de **memória afetiva**, ou seja, que, diferentemente dos arquivos organizacionais, regulados por normas e instrumentos de descarte e eliminação de documentos, os documentos de caráter pessoal - acumulados no âmbito da vida privada -, não são inseridos num contexto padronizado, ou seja, o que determina

seu possível descarte está intrinsicamente associado ao valor sentimental que a pessoa deposita neste objeto.

Para Camargo (2007), o texto de McKemmish (2001) é uma forma de compreender a importância do contexto nos arquivos. Camargo, ao dizer que o contexto para compreender os conteúdos de cartas reside em perceber as relações e interações do autor, remete à noção de contexto arquivístico definido por Theo Thomasen como:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p.10 *apud* FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA; OLIVEIRA, L. 2009, p. 3)

É por meio de notas, cartas, bilhetes, cartões e, mais precisamente, pelo conteúdo ali existente, que se pode perceber como esse indivíduo interage nos seus diferentes papéis e espaços sociais; como, por meio da assinatura, pode definir se suas evidências serão guardadas ou destruídas. Mesmo que a necessidade da lembrança suplante os desejos do indivíduo, o testemunho de sua vontade é corporificado pela assinatura.

Em *Arquivar a Própria Vida*, Philippe Artières relembra o poder da escrita:

[...] desde o fim do século XVIII estabeleceu-se progressivamente uma formidável poder da escrita que se estende sobre o conjunto do nosso cotidiano; a escrita está em toda a parte: para existir, é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias. (ARTIÈRES, 1998, p. 5)

Mas a escrita é mais do que simplesmente o ato em si de se inscrever, como relata Artières. Ela é um exercício, uma forma de controle e de inserção nas redes de sociabilidade que existem em nossa sociedade.

Não somente as correspondências, mas todo tipo de *escrita de si* traz um duplo olhar. Para o arquivista, é o objeto que poderá auxiliá-lo na contextualização do acervo. Para o historiador, a descoberta do passado, uma fonte para escrevê-lo.

Em função disso, estes conjuntos de documentos acumulados acabam por trazer para nossas vidas algumas *práticas arquivísticas*:

[...] o indivíduo bem ajustado deve classificar os seus papéis; deve, a qualquer momento, estar pronto a apresentar o inventário deles: seu *curriculum vitae* [...]. A data de nascimento remete à certidão de nascimento, o estado civil ao registro civil, a nacionalidade ao passaporte, endereço, telefone a um contrato de locação e a uma conta de telefone, nível de instrução ao conjunto dos diplomas, experiência profissional aos contracheques (ARTIÈRES, 1998, p. 6).

Essa necessidade de classificação representa a busca de alguma forma de organização neste mundo de registros que a vida social moderna nos impõe. Os diferentes papéis sociais por nós interpretados nos remetem a diferentes registros. Somos, ao mesmo tempo, pais, filhos, esposas ou maridos, avós, patrões ou empregados, escritores ou leitores, dentro de uma dinâmica que incessantemente nos compele a *arquivar a própria vida*.

Outra questão dessa dinâmica é a definição do indivíduo como um ser único, já que, ao analisar um determinado acervo, o arquivista pode defrontar-se com uma documentação acumulada posteriormente à vida do titular e inserida por terceiros, em seu acervo, como uma possível tentativa de monumentalização.

Essa tentativa de monumentalização pode ser interpretada tanto pela ideia de *refazimentos* de Heymann e *meta-arquivo* de Fraiz, como pela noção de coleções de particulares enquanto “objetos preciosos” de Krzysztof Pomian (1984). Cabe ressaltar que Pomian, ao estipular sua análise sobre coleções de particulares, refere-se mais aos artefatos do que aos conjuntos de documentos; no entanto, não podemos deixar de considerar essa característica ao falar sobre Arquivos Pessoais.

O arquivo também pode constituir-se enquanto lugar de lembrança em função da posição que o titular ocupa no seio da sociedade ou de sua família. Seu carisma, liderança ou temperamento serviram de polo de concentração para a guarda dos objetos de (re)memorização. Enfim, em nosso cotidiano, nos cercamos o tempo todo de elementos que, no futuro, serão objetos de reconstrução, seja por nossa vontade de guardar lembranças, seja por necessidade de comprovar nossa existência.

A necessidade da recordação, de guardar relíquias de um tempo passado, transforma o Arquivo Pessoal naquele lugar onde se pode ver o passado presente. É o lugar de nostalgia e descoberta de nosso papel social. Essa necessidade aproxima o arquivo da memória, pois são os “artefatos de registros derivados de uma atividade” (COOK, 1999, p. 3).

Dessa forma, o Arquivo Pessoal pode ser entendido como arquivo de memória. Ao aproximá-lo da condição de artefato, Cook o insere no cerne das discussões sobre memória e relíquia, e, ao percebê-lo como uma forma de evidência e memorização de uma pessoa, McKemmish o remete ao campo da recordação, da lembrança e da percepção do tempo.

Com isso, podemos entender os próprios Arquivos Pessoais também como “lugares de memória”, onde o indivíduo vai buscar sua própria memória, além de sua própria casa, como na história relatada no início deste capítulo. Um terceiro “lugar de memória” a ser identificado no próximo capítulo são os Arquivos Públicos, Bibliotecas e Museus, locais onde os cidadãos exercem sua cidadania e depositam suas memórias pessoais e, ao mesmo tempo coletivas.

CAPÍTULO II: A casa da memória e seus habitantes – Arquivos e arquivos

O surgimento das instituições arquivísticas, como conhecemos hoje, se inicia no final do século XVIII, com a criação do Arquivo Nacional da França. No fervor inicial da Revolução Francesa, em 1789, a Assembleia Nacional cria um arquivo no qual deveriam ser guardados e exibidos os seus atos. Um ano depois, pelo decreto de 12 de setembro de 1790, este arquivo torna-se o Arquivo Nacional francês, onde deveriam ser guardados, segundo Schellenberg (2002, p. 26), os documentos que traduziam as conquistas e as glórias da Nova França.

Com a Revolução Francesa, aspectos inovadores passaram a orientar a abordagem dos Arquivos Públicos. Neste período proclama-se um princípio fundamental que, só algumas décadas depois, teriam desdobramento: o qual os arquivos, propriedade da nação, deveriam ser postos à disposição dos cidadãos, materializando, assim, a característica central do Século das Luzes, ou seja, a valorização dos acervos documentais como instrumentos de poder, repositórios jurídicos, fiscais e de informação postos não só a serviço dos Estados, mas também de sua população.

Ainda na França, em 25 de junho de 1794, um decreto estabelece uma administração dos Arquivos Públicos em todo o território nacional. Por meio deste decreto, o Arquivo Nacional francês passa ter jurisdição sobre os documentos de diversos órgãos do governo central, os quais eram mantidos em depósitos das próprias repartições. Este decreto também estabelece o direito de acesso aos documentos públicos.

Um dos maiores ganhos que a Revolução Francesa proporcionou ao mundo arquivístico foi, sem sombra de dúvida, o reconhecimento dos documentos para a sociedade resultando, assim, segundo Schellenberg (2002, p. 27), em três importantes realizações em nosso campo:

- Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos;
- Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos;
- Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado.

Para além do Atlântico, os ventos de inspiração para a formação de Estados Nacionais chegam poucos anos depois, onde identificamos, especialmente no Brasil,

a criação de duas instituições que, segundo Guimarães (1988, p. 6) viabilizariam “um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional.

Já previsto na Constituição imperial de 1824 como centro para a guarda de leis, criou-se em 1838 o Arquivo Público do Império, transformado durante a República em Arquivo Público Nacional, recebendo, posteriormente, a denominação de Arquivo Nacional, em 1911.

Avançando-se no cenário histórico nacional temos a reorganização do Estado no governo Getúlio Vargas, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – que atuou entre 1930-1945 com objetivos de racionalizar a administração federal, organizar o orçamento, realizar uma reforma administrativa no funcionalismo público, tornando-se assim um importante instrumento de controle e fiscalização da administração pública federal.

Embalados nos anos dourados do governo Juscelino Kubitschek, com seu desenvolvimentista Plano de Metas que, em 1958, José Honório Rodrigues toma posse na direção do Arquivo Nacional com a difícil missão de modernizar o órgão. Rodrigues instaura um elemento crítico na história do Arquivo Nacional, ao diagnosticar, logo no início da sua administração (1958-1963), a necessidade de atualizar as práticas em vigor, em consonância com arquivos da Europa e dos Estados Unidos. Além deste minucioso diagnóstico – montado com o apoio de uma equipe de renome internacional da área de arquivos, seus legados foram a aprovação de um novo Regimento Interno, que espelhava esta modernização que queria alcançar e o fortalecimento do corpo técnico de servidores.

Outro ponto importante a ser destacado neste pequeno histórico são as formações das comunidades profissionais na década de 1970, além é claro da formação superior nas Universidades brasileiras; e os avanços iniciados na década de 1980 a partir de três iniciativas importantes:

[...] a criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que se reunia sistematicamente; o debate em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros; e a pressão feita pelo Arquivo Nacional junto à Assembleia Nacional Constituinte no sentido de introduzir, no texto constitucional, referências à gestão de documentos de arquivo em todos os seus níveis. (SANTOS, 2008 p. 138-139)

Todas essas iniciativas culminaram para importantes conquistas na década seguinte: a promulgação da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, foi um verdadeiro marco para a comunidade arquivística brasileira, por dispor sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, além de criar o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) – órgão vinculado ao Arquivo Nacional que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Todo esse movimento inicial é continuado ao longo dos últimos 25 anos, principalmente na promoção de atividades conjuntas e frentes de trabalho nos âmbitos estaduais e municipais, tendo como São Paulo e Rio de Janeiro um verdadeiro eixo na troca de informações e experiências de trabalho.

Este preâmbulo histórico serve para introduzir este novo capítulo, que tem por objetivo a condução do leitor ao entendimento das instituições arquivísticas na sociedade, sua importância para a administração pública e para o cidadão enquanto lugar de exercício da cidadania. Em um contexto mais específico, utilizaremos o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a Coleção Família Bustamante como instrumentos empíricos desta unidade.

3.1. APERJ: Preservando a memória fluminense

A primeira referência a um órgão com função de Arquivo no território fluminense remonta do período Imperial, com a criação do Arquivo Estatístico através do Decreto nº 561, de 06 de outubro de 1851, promulgado pelo então Presidente da Província, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro. Suas competências consistiam em recolher, guardar, analisar e publicar documentos concernentes à província e, principalmente, recensear e controlar a população.

O então Arquivo Geral do Estado foi criado a partir do Decreto Estadual nº 2.638, de 25 de agosto de 1931. Subordinado à Diretoria do Interior e Justiça, o novo órgão tinha como competências o recebimento, classificação, guarda e conservação dos papéis findos, pertencentes às Secretarias de Estado; organizar e publicar anualmente a coleção de Leis, Decretos e Deliberações, entre outras atribuições.

Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, e a consequente reformulação da estrutura administrativa estadual, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) ganha sua atual denominação através do Decreto Estadual nº 241, de 16 de julho de 1975, que introduz modificações na estrutura básica da Secretaria de Estado de Justiça e dá outras providências. Neste dispositivo legal, ficam determinadas as seguintes finalidades do APERJ: administração, guarda, conservação e utilização dos documentos de valor permanente do Estado; orientação normativa aos arquivos setoriais, para a realização do recolhimento racional dos documentos; análise da documentação permanente, sob o ponto de vista operacional, jurídico e histórico; efetuar o recolhimento e avaliação de documentos para fins de retenção ou descarte; receber ou propor a aquisição de arquivos particulares.

O APERJ assume papel coadjuvante na gestão da documentação da administração estadual em diversos momentos da história recente: com a publicação do Decreto nº 2.030, de 11 de agosto de 1978, que estabeleceu a formação de uma equipe técnica para uma avaliação periódica da documentação das unidades de arquivo, visando a determinar o valor do acervo documental, em relação à guarda permanente, provisória ou eventual (a equipe deveria ser integrada por diferentes representantes das secretarias competentes e apenas um representante do APERJ);

Em 1998, com o Decreto Estadual nº 25.086, de 22 de dezembro, que fixava a responsabilidade do Poder Público em relação à gestão documental e à proteção especial dos documentos públicos, instituindo o uso de tabelas de temporalidade de documentos para o estabelecimento de prazos de vigência e da destinação final dos documentos da administração pública estadual – estas tabelas deveriam ser elaboradas pela mesma equipe do Decreto de 1978;

Em 1999, com a supressão das responsabilidades do APERJ de expedir atos normativos, de orientação técnica, bem como a aprovação das tabelas de temporalidade;

Com a publicação do Decreto nº 24.828, de 14 de dezembro de 1998 e do Decreto nº 25.166, de 1º de janeiro de 1999, os quais conferiram à Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado (SARE) o poder de atuar na gestão de documentos da Administração Pública Estadual, como órgão central do Sistema de Comunicações Administrativas e Documentação (SICAD);

Posteriormente, com a publicação do Decreto nº 29.010, de 14 de agosto 2001, a SARE editou e aprovou a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Atividade-Meio do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a ser aplicada nos órgãos da Administração Direta e Indireta;

E, por fim, com o Decreto Estadual nº 31.896, de 20 de setembro de 2002, onde a participação do APERJ na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos não é mais obrigatória.

Em 2007 foram comprovados em estudos que, para a modernização da gestão pública estadual, uma das áreas mais críticas era o gerenciamento da informação pública. Com isso, o APERJ volta a ter protagonismo na implementação de uma política estadual de arquivos:

Uma das primeiras medidas adotadas foi a sua transferência para a Secretaria de Estado da Casa Civil, estando, assim, mais próximo do núcleo estratégico de tomadas de decisões; outro ponto é o chamado “Projeto 41 – Modernização Gestão de Documentos Públicos do Estado do Rio de Janeiro e Reestruturação do Arquivo Público”, que engloba a criação do Programa de Gestão de Documentos (PGD), do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e o projeto da nova sede do APERJ – estas três ações acontecem concomitantemente e para as duas primeiras há marcos legais definidos e publicados, além de outros para apoiar estas ações. Outra medida foi a publicação da Lei Estadual nº 5.562, de 20 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, houve em 2013 uma consultoria externa com objetivos de melhorar as relações de trabalho e trazer maior dinamismo para as atividades realizadas na instituição. Este trabalho realizado pela FGV Projetos resultou na publicação do Decreto Estadual nº 44.674, de 20 de março de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e da Resolução CASA CIVIL nº 339, de 21 de março de 2014, que aprova a nova estrutura e regimento interno do APERJ.

Atualmente é de competência da Divisão de Processamento Técnico, vinculada ao Departamento de Gestão de Acervo, a execução de todas as etapas do tratamento da documentação de caráter permanente do estado do Rio de Janeiro, estando sob sua responsabilidade, aproximadamente, 50 conjuntos documentais,

entre fundos e coleções, advindos de recolhimentos dos diferentes órgãos da administração pública estadual e de doações realizadas por particulares.

3.1.1. **Captação de acervos**

Como sua função está ligada com o recolhimento e o tratamento da documentação da administração pública estadual, não existe oficialmente no APERJ uma política institucional para captação de acervos pessoais ou de organizações particulares. Porém, analisando as coleções particulares custodiadas pela instituição, podemos identificar **três** momentos/linhas temáticas para a entrada desse tipo de acervo no APERJ.

Podemos identificar o primeiro momento de entrada de acervos pessoais na instituição no início da década de 1990, principalmente em consequência da Lei Estadual nº 2.027, de 29 de julho de 1992, que transfere para o APERJ os documentos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Rio de Janeiro. Existe ali um anseio da população brasileira pela abertura dos conjuntos documentais referentes ao período de Ditadura Civil-Militar, vividos entre 1964 e 1985, onde liberdades coletivas e individuais foram suprimidas da e onde também milhares de brasileiros foram dados como mortos e outros ainda “desaparecidos” até os dias de hoje. Os avanços sociais conquistados com a Constituição Federal de 1988 também tem grande peso para a abertura desses arquivos. Neste contexto político-social brasileiro foram doadas ao APERJ as coleções **Ângela Borba, Daniel Aarão Reis Filho, Jair Ferreira de Sá e Jean Marc Von Der Weid**, que ajudam a contar “o outro lado” deste passado tão recente, porém, tão obscuro da história nacional.

O segundo momento identificado também está relacionado à temática do Fundo “Polícias Políticas”, apresentando as mesmas características do primeiro momento – pessoas consideradas “subversivas” pelo governo vigente entre 1964-1985 – porém num contexto em que o país já tem uma noção sobre esses acervos policiais e em que começam a se organizar em movimentos de reparação. São constantes deste momento as doações dos acervos **Emir Amed, Manoel de Jesus Soares, Marcus Ferreira, Robespierre Martins Teixeira, Samuel Warth, Vera Sílvia Magalhães e Silas Ayres**.

Um terceiro momento está ligado à uma busca pela diversificação do acervo, onde se olha agora para movimentos sociais organizados no fim do século XX, num

cenário social de busca pelos direitos coletivos e individuais, suprimidos pelo golpe. Neste momento, dão entrada na instituição os acervos **Alice Guimarães Chermont de Miranda, Carlos Fernando Andrade, Carlos Magno Nazareth Cerqueira, João Baptista Quintas Filho, João Luiz Alves de Brito e Cunha, João Pedro de Souza Neto, Leôncio Basbaum, Neiva Moreira e Paulo Schilling.**

Temos que deixar frisado que, por não manter uma política oficial, os movimentos de recolhimento deste tipo de acervo, considerado “não oficial”, estão intrinsecamente ligados com as posturas da Direção Geral da instituição em suas respectivas gestões. Podemos observar que, na maioria delas, há um emparelhamento do pensamento do gestor com o momento histórico em que a sociedade carioca – e brasileira num todo – está vivenciando. Também devemos evidenciar que, independente do momento histórico, a instituição será por excelência sempre vinculada ao seu principal acervo, o Fundo “Polícias Políticas”, por isso, em todos os três momentos houve doações em que a documentação recebida dialoga de forma clara com o arquivo “oficial” da Ditadura.

Poderíamos inserir a Coleção Família Bustamante neste terceiro momento, apenas pelo motivo de diversificação do acervo, já que não constam registros oficiais na instituição de como o acervo foi incorporado – existem apenas citações em relatórios anuais de atividades do processamento técnico já em andamento, aproximadamente na segunda metade da década de 1990. Esse “descuido” da falta de registros fica evidenciado pelo histórico da instituição, citado no tópico anterior, onde houve uma desvalorização do Estado para com o APERJ e um corpo técnico fraco em questões de registros de procedimentos internos.

Mesmo assim, a coleção entrou no escopo do planejamento de atividades anual para o ano de 2012, seguindo as posturas de diversificação do acervo. Nos próximos tópicos, nosso objetivo é dar conta de relatar o tratamento técnico da coleção, os empecilhos e discussões metodológicas e conceituais que foram enfrentadas e uma pequena apresentação do trabalho final de arranjo e descrição.

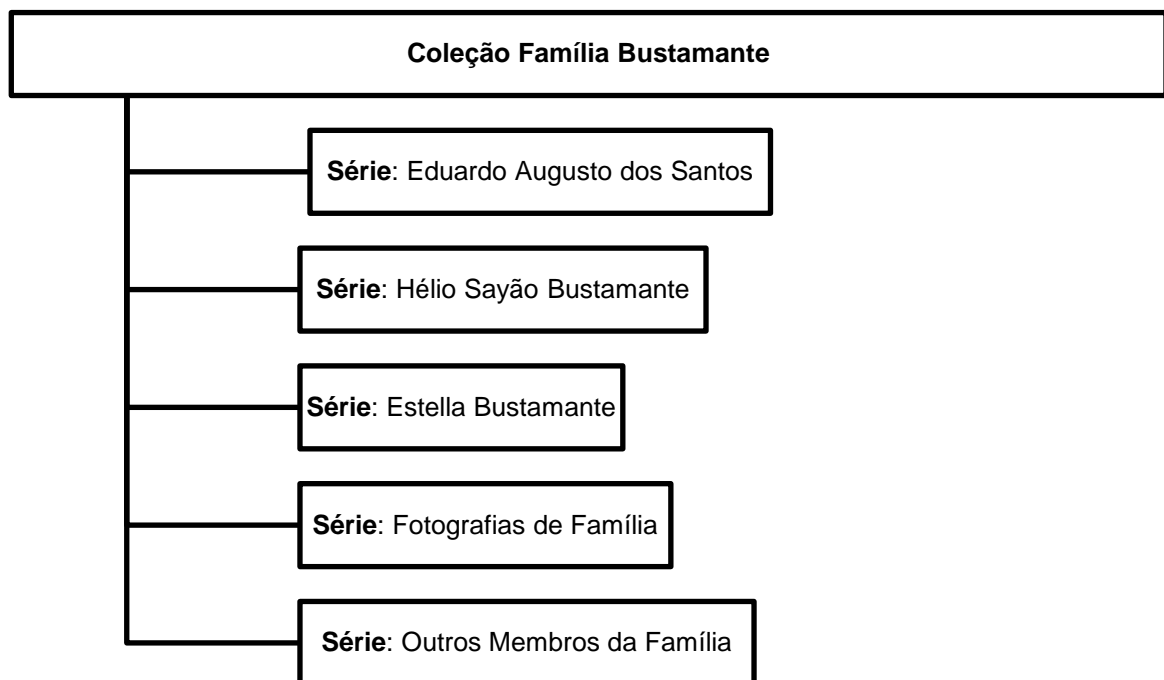
3.1.2. A Coleção Família Bustamante

O APERJ mantém a guarda da Coleção Família Bustamante, que reúne documentos entre 1874 e 1978, composta por, aproximadamente, 0,9 metros lineares de documentação textual, 895 fotografias, 1250 cartões-postais e 20 itens tridimensionais arranjados em cinco séries documentais, sendo três delas referentes

aos membros produtores da família, uma exclusivamente dedicada às fotografias e a última série referente aos outros membros da família. Toda a documentação foi descrita com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e alimentada na base de dados (ICA-AtoM²) *online* do APERJ.

A Família Bustamante relacionada nesta coleção compreende três gerações familiares: os Souza Santos (representados por Eduardo Augusto dos Santos e sua esposa Amélia Souza Santos), os Sayão Bustamante (sem membros retratados) e por fim, os Bustamante (representados pelo casal Hélio e Estella). A coleção recebe nome do núcleo que acumulou a maior parte dos documentos. Abaixo temos o arranjo a nível série da coleção³:

Figura 01: Recorte do arranjo da Coleção Família Bustamante



- **Eduardo Augusto dos Santos (Família Souza Santos)**

A primeira série da coleção retrata a vida profissional e pessoal de Eduardo Augusto dos Santos por meio de dossiês compostos por documentos relativos à empresa da qual era proprietário, a Companhia Ferro-Carril Carioca – responsável pela expansão da eletrificação dos bondes no Rio de Janeiro no final do século XIX

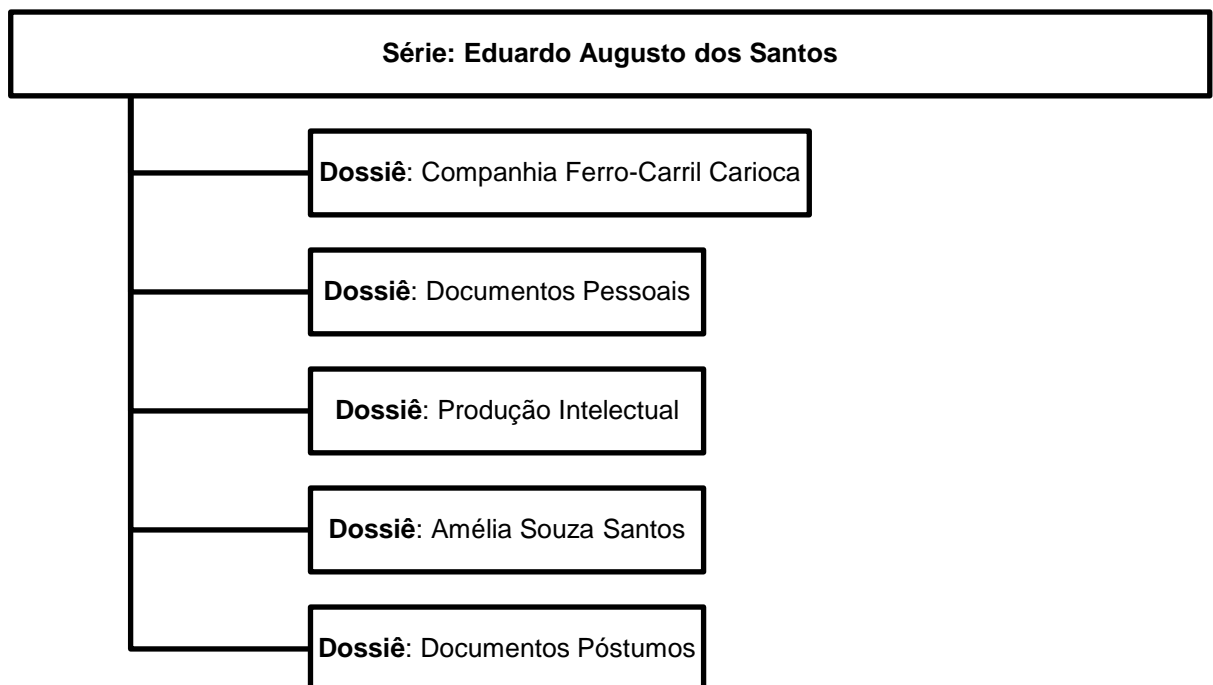
² É um software de descrição arquivística baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), desenvolvido em linguagem web e com código livre. 'AtoM' é um acrônimo para *Access to Memory* (Acesso à Memória).

³ A ordem adotada para a apresentação das séries foi definida pela cronologia dos produtores.

e pela passagem dos carros pelo Aqueduto da Carioca. Há ainda dossiês com documentos de sua esposa, Amélia de Souza Santos e outros de aspecto intelectual. Encontram-se documentos complementares e recortes e jornais e manuscritos sobre sua vida e carreira produzidos após a sua morte reunida por seus descendentes com objetivo de pleitear junto à prefeitura uma rua com seu nome.

A decisão de colocar a documentação sobre Amélia como um dossiê dentro da série referente ao seu esposo – e não como uma série autônoma – se deu, exclusivamente, pela quantidade de documentos presentes (01 item documental).

Figura 02: Recorte do arranjo da Série Eduardo Augusto dos Santos



Nascido em 06 de agosto de 1854, na então Província de Parati, Eduardo Augusto dos Santos formou-se médico em 1879 pela Faculdade Nacional de Medicina e casou-se no mesmo ano com Amélia das Chagas Santos. Eduardo teve uma vida profissional curiosa para sua época: além de médico exerceu, também, as funções de empresário e engenheiro.

Após receber uma herança em 1874, Eduardo investiu em alguns negócios e adquiriu em setembro de 1890 o "Plano Inclinado de Santa Thereza", linha de bonde puxado à mula entre o Riachuelo e o Largo dos Guimarães em Santa Teresa. Após três meses, com ajuda de seus sócios, já inauguravam a expansão do Silvestre ao Aqueduto.

A empreitada foi o início da empresa de bondes "Companhia Ferro-Carril Carioca" fundada e presidida por Eduardo em 1891. Em 1896, a empresa promoveu uma grande inovação nos transportes: transformou o Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa) em ponte para ligação entre o morro de Santa Teresa e o de Santo Antônio. Além disso, a linha seria toda eletrificada dando início à substituição dos bondes - até então puxados à mula. A inauguração da nova linha eletrificada ocorreu em 1º de setembro de 1896. O evento contou com a presença do prefeito Furquim Werneck, do representante da presidência da República, diversos funcionários municipais e federais e de James Mitchell, representante da *General Electric Company*.

No mesmo ano, ainda foram inaugurados os trechos eletrificados até os ramais Dois Irmãos, Largo do França e Lagoinha; no ano seguinte, Silvestre e Largo das Neves. A eletrificação das linhas era uma obrigatoriedade imposta em 1892 pela Intendência Municipal ao dispor a concessão pública. A Companhia Ferro-Carril Carioca continuou existindo, presume-se, até entre 1907 e 1909, período na qual a canadense *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd.* adquiriu diversas companhias de bondes menores.

Eduardo Augusto Souza Santos também exerceu o cargo de subdelegado da freguesia de Santo Antônio, delegado de polícia do 2º Distrito Policial e candidatou-se a deputado distrital em 1899. Sua carreira médica nunca foi interrompida. Em 1891 foi nomeado major-cirurgião da III Brigada de Infantaria de Comando do Estado-Maior da Guarda Nacional; durante a Revolta da Armada (1893-94) atuou como tenente coronel-médico; em 1894, nomeado diretor do Hospital de Sangue da Guarda Nacional. Em 1885 passou a lecionar clínica médica na faculdade na qual se graduou e ainda foi nomeado diretor do Hospital de Variolosos da Ilha de Santa Bárbara, cargo que ocupou até seu falecimento em 09 de novembro 1901.

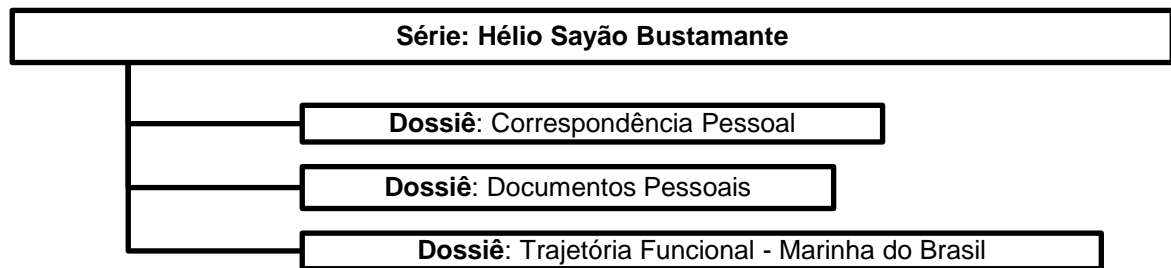
Amélia e Eduardo tiveram cinco filhos: Alice, Noêmia, Carmen, Eduardo e Estella. A família residiu na Rua Teresina, nº 3 em Santa Teresa e, em data desconhecida, mudou-se para a Rua dos Inválidos, nº 64 no Centro da cidade.

- **Hélio Sayão Bustamante (Família Bustamante)**

A segunda série é constituída por documentos textuais e fotográficos referentes à carreira de Hélio na Marinha do Brasil. Documentos fiscais e comprovantes organizados pelo titular para a realização de imposto de renda. Ainda

constam correspondência pessoal e documentos a respeito de imóveis e outros bens, como jazigos em cemitério.

Figura 03: Recorte do arranjo da Série Hélio Sayão Bustamante



Hélio Sayão de Bustamante nasceu em 05 de fevereiro de 1880 filho do médico Antônio Alexandre Fortes de Bustamante e de Luiza Sayão de Bustamante. Junto com seus outros dois filhos, Heitor e Hermano residiram na Rua do Rezende, 67 no Centro do Rio de Janeiro. Hermano seguiu a profissão do pai, Heitor se formou em engenharia civil e lecionou na Escola Politécnica e Hélio seguiu a carreira militar na Marinha do Brasil.

Em 1903 Hélio ingressou Forças Armadas como guarda marinha e em 1908 alcançou o posto de 1º Tenente, dois anos depois o de capitão-tenente e a partir de 1928 atuou também como professor da Escola Naval. Em 1923 foi promovido a capitão de corveta, em 1932 a capitão de fragata, em 1936 a capitão de mar e guerra. Foi para reserva em 1939 e recebeu mais uma promoção, chegando em 1950 a contra-almirante.

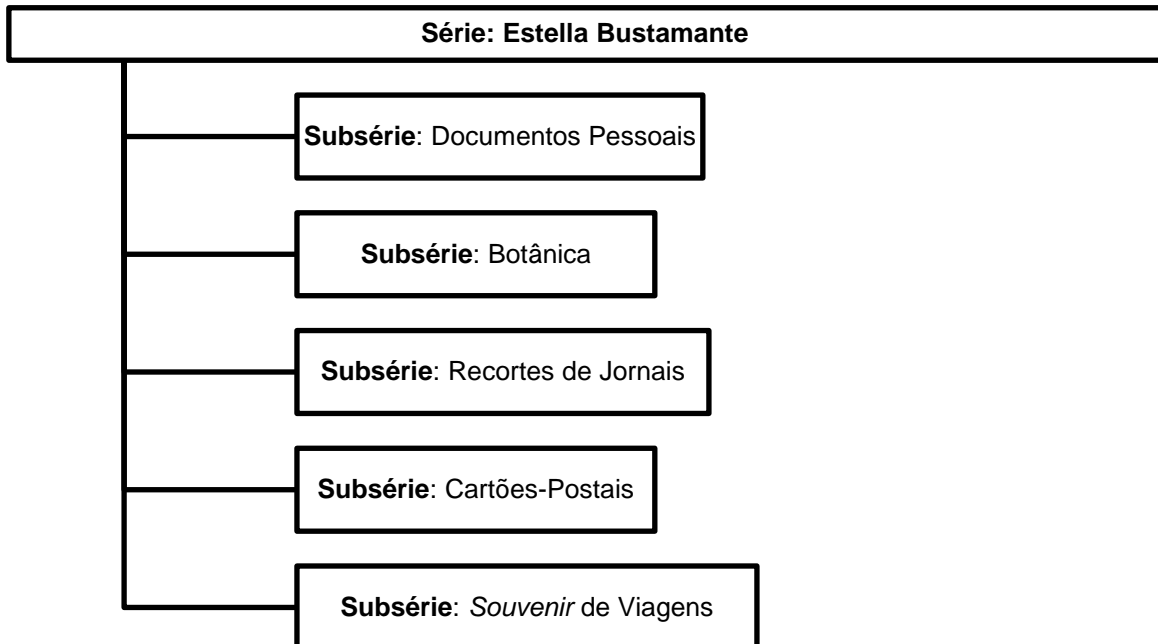
Heitor e Hélio casaram-se, respectivamente, com as irmãs Alice e Estella Souza Santos. O primeiro casal celebrou a união em 1904, cinco anos mais tarde Hélio e Estella deram início a sua própria família.

- **Estella Bustamante (Família Bustamante)**

A terceira série reúne itens acumulados por Estella Santos de Bustamante, como livros sobre o cuidado de plantas, recortes de jornais com dicas domésticas, *souvenir* de viagens e uma grande coleção de cartões postais. Tal conjunto está agrupado em temas referentes às imagens que apresentam. Uma observação a ser feita é a necessidade de se utilizar o nível de descrição **subsérie** – e não descrever diretamente à nível de dossiê, como nas outras séries. Houve essa necessidade

devido à classificação dada aos postais, enfatizando-se a temática da imagem – e não aos missivistas.

Figura 04: Recorte do arranjo da Série Estella Bustamante



A família Bustamante abarcada nesta coleção começa sua história no dia 28 de fevereiro de 1909 com o casamento de Hélio e Estella. Recém-casados, residiram em Botafogo na Rua Marquês de Abrantes, 172. Com o crescimento da família – juntos tiveram nove filhos – se mudaram para um casa maior na Rua Afonso Pena, 177, Tijuca na qual passariam o resto da vida. A documentação e a pesquisa realizada apontam para existência de nove filhos adultos: Décio, Didio, Evio, Enio, Ivan, Isa, Leda e Léa.

Dona Pequeninina, como Estella era chamada carinhosamente pelos amigos e parentes estudou no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca e ocupou-se em cuidar da família. Entre suas atividades estavam o cuidado com plantas, em especial, as orquídeas. É atribuída a ela a acumulação da maior parte dos itens da coleção. O grande destaque é a sua coleção de cartões-postais. Seu hábito de reuni-los começou ainda solteira e seguiu ao longo de sua vida, o primeiro data de 1903 e o último de 1968, totalizando 1.250 itens. É possível a existência de postais além desse período, pois a maioria não está datado ou escrito, pois a intenção clara de Estella era a de colecionar. Trataremos sobre a organização dada aos postais mais a frente de forma mais específica.

O casal permaneceu junto por 64 anos até a morte de Pequenina em 27 de fevereiro de 1972 aos 86 anos. Hélio faleceu quatro anos depois com 86 anos.

Há ainda mais duas séries documentais: **Fotografias de Família** – que contém álbuns fotográficos montados por membros da família e fotografias avulsas entre 1874 a 1962. Os registros são principalmente de férias e passeios em família, retratos dos integrantes e de pessoas próximas – centrados principalmente no núcleo familiar de Estella e Hélio. As imagens foram reunidas em dossiês, agrupando por eventos ou assuntos afins. Os dossiês estão dispostos em ordem cronológica aproximada, pois nem todos os itens possuem a data identificada. Os álbuns mantêm a organização original de seus produtores; e **Outros Membros da Família** – que contém itens de demais entes da família e outros não identificados.

3.2. Metodologias e práticas

O tratamento técnico desta coleção foi um verdadeiro desafio para toda a equipe envolvida por ser um conjunto documental muito particular – por conter diferentes espécies, gêneros e suportes documentais dos mais variados. A primeira tarefa foi identificar as semelhanças e diferenças nas definições de **arquivos familiares, Arquivos Pessoais, arquivos privados, fundo de arquivo e coleções**.

Foram utilizados como obras de referência o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), editado pelo Arquivo Nacional; o Dicionário de Terminologia Arquivística, editado pela Associação de Arquivistas do Estado de São Paulo, a Metodologia de Organização de Arquivos Pessoais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e o Manual de Organização de Arquivos Pessoais da Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). Além disso, também foram utilizadas obras dos autores Ana Maria Camargo, Bruno Delmas, Heloísa Bellotto, Hilary Jenkinson, Lúcia Maria Velloso de Oliveira e T.R. Shellenberg.

Houve o entendimento na equipe de que os termos **arquivos familiares, pessoais e privados** seriam sinônimos e que a definição mais completa a ser utilizada seria a dada por Bellotto, na qual considera Arquivos Pessoais como um:

[...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 266)

Outra questão levantada neste primeiro momento de discussão teórica foi identificar o conjunto documental como **fundo** ou **coleção**. Também foram utilizadas as definições de Bellotto para fundo documental, que seria um:

[...] conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p. 128)

Em contrapartida à ideia de **fundo**, temos a ideia de **coleção**, definida pelo Dicionário de Terminologia Arquivística como a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum” (CAMARGO, 2010, p. 31).

Definidos os conceitos, a segunda etapa do tratamento técnico foi tentar identificar o produtor de cada documento. Nesta fase, o objetivo era encontrar em cada documento características que pudessem ser associadas aos diferentes membros da família como nomes, datas, locais, formas de escrita, etc. Como produto desta etapa, houve a elaboração de uma lista onomástica com a maioria dos membros da família. Há de se atentar aqui uma expressiva quantidade de homônimos entre pais e filhos. Nesta etapa também foi produzida a delimitação dos três grupos familiares que compõem a coleção. Em paralelo ao tratamento da documentação textual, todo o acervo iconográfico foi submetido aos mesmos métodos para se identificar os produtores da coleção. Foram encontrados nos postais e nas fotografias informações mais acuradas como nomes completos e endereços, o que foi de extrema importância para a pesquisa subsequente – e a definição dos homônimos.

Todo tratamento documental só seguiu seu curso a partir de dois momentos específicos que iremos abordar aqui com mais atenção: **a pesquisa em jornais**, o

que ajudou a elaborar a árvore genealógica das três famílias – sanando as questões referentes à homônimos e diferentes gerações familiares –, o que foi crucial para identificar os reais produtores da documentação e a elaboração do quadro de arranjo, ajudando a garantir o vínculo arquivístico entre os documentos; além do tratamento dado aos **cartões-postais**, o que foi inédito para os servidores do APERJ – devido ao aprendizado adquirido –, já que a metodologia adotada foi a valorização da imagem e não da mensagem escrita (correspondência).

Ao analisarmos os instrumentos de pesquisa da instituição, constatamos que todos os acervos de caráter pessoal são identificados como **coleções**, inclusive o objeto de estudo deste trabalho. Porém, observando as metodologias aplicadas para o tratamento deste acervo há a necessidade de se fazer uma observação à adoção do conceito de coleção a esta documentação.

Precisamos frisar que a documentação da família Bustamante não apresentava nenhum tipo de organização, apresentando-se no que chamamos de massa documental acumulada. Logo, ainda não seria possível contemplar o acervo como um todo afim de entendê-lo como um fundo ou uma coleção.

Por entendermos que uma coleção promove um apagamento do contexto de uma documentação, ou seja, que exista uma narrativa escrita de forma subjetiva, nas entrelinhas, pelo produtor, e que, a pesquisa feita para este acervo preocupou-se em encontrar o contexto de produção dos documentos deste acervo e manter o vínculo direto com os seus respectivos produtores, a adoção pela instituição da classificação do acervo enquanto coleção se mostra contraditória, já que ao analisarmos arranjo final dado a documentação, percebemos de forma clara as relações orgânicas de proveniência entre os produtores e os documentos. Seria mais adequado, segundo nosso olhar, que o acervo da família Bustamante fosse denominado como “**Fundo Família Bustamante**”.

3.2.1. Jornais como fontes para a elaboração de biografias

Quando tratamos de fundos ou até mesmo coleções institucionais, a pesquisa para a elaboração de uma história administrativa, identificação de competências, funções e atividades pode (e deve) ser feita nos instrumentos legais que regulamentam tais instituições – tais como publicações em Diários Oficiais, atas de reuniões, organogramas, fluxogramas, etc.

Como o seu processo de produção não é inserido num contexto de normas e padrões, uma das principais dificuldades em se trabalhar com Arquivos Pessoais é a falta de locais – para além da própria documentação – onde se possa fazer uma busca mais acurada sobre tal personalidade. Outro erro comum de quem dedica sua vida a esmiuçar arquivos de outras pessoas é acreditar na ilusão de que a documentação irá refletir de forma fiel as características e intenções de seu produtor, ou ainda de que todos os momentos de sua vida estarão retratados ali.

Um dos objetivos da pesquisa arquivística em acervos pessoais é tentar “traduzir”, a partir própria documentação acumulada, os códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. Esses códigos ou sinais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos. Essa compreensão do arquivo se dá também na reconstrução das conexões entre os documentos e também entre os arquivos, identificando, a partir dos indicadores da sociedade, os valores secundários dos documentos, que Theo Thomassen define como contexto arquivístico, mais uma vez definido aqui como:

[...] todos os fatores ambientais que determinam como documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estrutura dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Estes fatores são, cada um a seu tempo, determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico. (THOMASSEN, 2006, p.10 *apud* FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA; OLIVEIRA, L. 2009, p. 3)

Outra justificativa para a reconstrução dos contextos e da elaboração de uma biografia do produtor se dá na manutenção de dois dos princípios fundamentais da Arquivologia: do **respeito aos fundos** – o qual determina que os documentos de uma pessoa, família ou corporação devem ser mantidos juntos e não misturados com os registros de outras entidades – e do **respeito à ordem original** – o qual determina que os registros devem ser preservados na ordem dada pela entidade que os criou. Estes dois princípios, segundo Jennifer Douglas e Heather MacNeil (2009, p. 27) constituem a dimensões externas e internas do chamado **princípio da proveniência**.

Todos estes princípios partem do pressuposto de que há uma afinidade entre os registros e seus criadores, e que o arranjo dos registos atue como uma espécie

de espelho das entidades que os produziu. Também presumem a existência de uma afinidade entre totalidades abstratas e partes relevantes, ou seja, que o conceito de fundo arquivístico transmita uma sensação de plenitude a algo que existe fisicamente apenas em fragmentos.

Uma forma de se fazer estas traduções da documentação, dos seus contextos e suas relações com o seu produtor, e assim construir sua biografia, é a utilização de jornais. No caso específico do tratamento da Coleção Família Bustamante foi-se utilizada a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)⁴.

A pesquisa realizou-se da seguinte maneira: cada nome levantado para a lista onomástica era pesquisado sem determinação de periódico específico – apenas as determinantes de localidade (Rio de Janeiro) e período cronológico (entre 1810 e 1989) foram preenchidas. Com isso, entre fevereiro e abril de 2013, foram levantadas cerca de 700 páginas de jornal sobre a família e seus membros.

As informações levantadas na Hemeroteca foram de extrema importância já que, por causa delas, foram sanadas diversas dúvidas em relação à organização e relações familiares, datas importantes para os membros da família, a relação entre seus postos de trabalho, e períodos de vida em que não há relatos na própria documentação.

3.2.2. A coleção dentro da coleção: a organização de Cartões-postais

Uma das maiores dificuldades em todo o tratamento da Coleção Família Bustamante foi, sem dúvida, a coleção de cartões-postais de Dona Pequeninina, como era carinhosamente chamada Estella Bustamante. Dificuldade esta dada pelas abordagens discutidas à época: tratar este conjunto com um caráter de correspondência – já que diversos postais são endereçados e contém mensagens trocadas por missivistas – ou dar sentido por meio das imagens – classificando, os postais, assim, pelas temáticas expressas em suas imagens (o que também resolveria o caso dos postais “não escritos”, ou seja, os que não cumpriam com sua função de correspondência)?

⁴ Vale ressaltar, também, como justificativa para a utilização desta metodologia a dificuldade de contato com alguns dos familiares. Nas pesquisas foram confirmados que alguns dos membros retratados ainda estariam vivos e vivendo na cidade do Rio de Janeiro. Porém, dos contatos feitos à época, nenhum familiar retornou o interesse de prestar algum tipo de depoimento ou então visualizar a documentação.

A resposta dada a esta indagação foi encontrada num dos próprios postais da coleção, onde se podia ler, dentre diversas passagens, os dizeres “envio-lhe este postal para sua coleção”. Observando a coleção de Estella é possível notar sua intenção básica de colecionar e envolver-se no passatempo que isso representava, como a escolha e seleção, compra, troca de cartões com as amigas. O uso como correspondência não foi encerrado, pois em parte menor são encontrados postais - dispersos na coleção - usados como forma de comunicação com parentes, amigos e ao passar do tempo filhos, sobrinhos e netos. O conteúdo das mensagens escritas são singelos e carinhosos, alguns informativos sobre as novidades do remetente, outros apenas uma manifestação de apreço à Estella.

Sua coleção começou quando ainda era solteira e mencionada como *mademoiselle* e acompanha praticamente toda sua vida, sendo referenciada como “senhora Sayão de Bustamente” ou apenas “e esposa” quando o cartão se destinava ao casal e se referia nominalmente apenas ao marido. São recorrentes exemplares com cumprimentos por datas como aniversário e Natal e ainda, mais adiante, votos de felicidade no casamento: “[...] o cartão procura estabelecer uma comunicação entre os ausentes e assim restituir uma distância” (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 425).

O ato de colecionar postais apresenta vestígios da personalidade dos colecionadores. Temas e séries selecionados apontam traços de sua individualidade em meio a itens produzidos em massa. Reunir, trocar e enviar cartões-postais era também marca de modernidade do portador, pois a imagem expressava sua relação com as tendências e novidades europeias. As silhuetas dos corpos, estética, roupas, poses, comportamento entre tantos outros aspectos podem ser observados nos postais.

A coleção observada hoje, não possui mais a função de correspondência, está assim “abstraídos de sua função e relacionados ao indivíduo” (BAUDRILLARD, 2012, p. 94), como afirma Baudrillard, e participa agora de um sistema não funcional (marginal). Desse modo, abstraídos de seu uso tornam-se objeto puro - objeto de coleção. O autor aponta que o objeto removido do seu contexto original para outro, artificial acaba por se tornar documento daquele momento do qual foi retirado. Nos cabe aqui, antes de apresentar os resultados finais do arranjo da coleção de postais, propor um diálogo entre as obras de Jean Baudrillard e Krzysztof Pomian, já que a relação colecionador/coleção nos faz pertinente nesta etapa do trabalho.

Jean Baudrillard, em “O Sistema dos Objetos”, debate a utilidade do objeto como característica definidora de coleção. Todo objeto possui uma dupla função, ser utilizado e ser possuído. Para o autor, o objeto privado ou abstraído de uso, o objeto puro, e relacionado ao indivíduo é o que caracteriza a coleção, do contrário – um objeto estritamente prático é máquina.

Em sua argumentação, Baudrillard trata de distinguir os termos coleção e acumulação. A primeira emerge para a cultura, objetos acompanhados de projetos e a segunda, um estado inferior constituído apenas um amontoado de papéis velhos. Na acumulação não há a percepção de ausência de um objeto já que não há regras para reunião, o que não ocorre com a coleção onde cada item tem sua importância e a ausência de algum deles desfaz parte de sua lógica; “é pela falta, pelo inacabado que a coleção se separa da pura acumulação” (BAUDRILLARD, 2012. p. 112). O colecionador seleciona, classifica, organiza os objetos.

A obra aponta a solução do tempo em uma dimensão sistemática como função fundamental da coleção. Ela é literalmente um passatempo ao extinguir o tempo; a coleção representa um ciclo contínuo porque ela é um inventário do tempo com limites definidos e assim o homem se entrega a cada instante com absoluta segurança, pois está seguro a voltar ao jogo de nascimento e morte. O homem não vê nos objetos a promessa de viver neles e sim de a partir deles continuamente de forma cíclica e controlada ultrapassar simbolicamente a existência real.

O filósofo e sociólogo francês tende para uma análise de aspecto psicanalítico das coleções e colecionadores. De acordo com ele, a coleção “é feita de uma sucessão de termos, mas seu final é a pessoa do colecionador” (BAUDRILLARD, 2012. p. 99). Ela diz sobre o colecionador – que em última análise, coleciona a si mesmo, ele está refletido nos objetos. A coleção diz sobre o colecionador e este constrói ideias sobre si mesmo apoiado nos itens que reuniu.

Já o polonês Krzysztof Pomian concentrou esforços na reflexão do colecionismo, publicando em 1984 o verbete *coleção* da renomada Enciclopédia Einaudi, que se tornou uma das maiores referências sobre o tema, sendo poucos os estudos que não o contemplem em suas referências. Para o autor coleção é descritivamente:

“[...] qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora de circuito das atividades econômicas, sujeitos uma

proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público”. (POMIAN, 1984, p. 53)

Dentro dessa concepção o autor ressalva que possíveis exposições do objeto são visibilidades temporárias, são momentos do processo de circulação, diferentemente das coisas que possuem utilidade e valor de mercado. Seu estudo indica que o principal papel da coleção é unir o visível ao invisível e sobre isso se desenrola um importante raciocínio sobre o tema. As coleções funcionam, sem exceção, como intermediários “entre espectadores e um mundo invisível” (POMIAN, 1984, p. 67), são itens que garantem a comunicação entre dois mundos. O invisível está longe no espaço e no tempo e fora de fluxo temporal. Assim, uma coleção é um canal entre o espectador e o invisível, conectam aos locais de onde vieram os objetos, a sentimentos, ao o que está muito longe no tempo (no passado e no futuro).

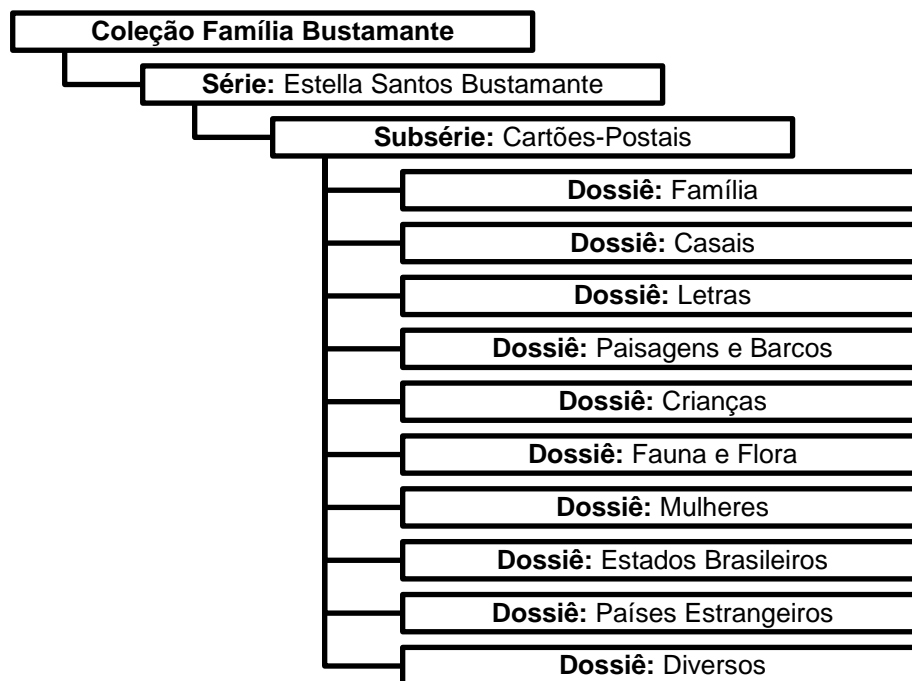
Seguindo ainda o caminho de Pomian, a linguagem é o fator que dá forma ao invisível, pois é o que permite a comunicação com o passado orientada também pelo olhar. O dever de garantir às próximas gerações a comunicação linguística tem como consequência a transmissão de assuntos nos quais muitos jovens nunca terão contato. É aqui que se firma a oposição entre visível e invisível que trata o autor, sendo a contraposição entre discurso e visão.

Dessa forma, Pomian elucida o *semióforo*, objetos sem utilidade, que não sofrem usura, representantes do invisível e dotados de significado quando expostos ao olhar – intermediário mencionado acima. Quanto maior a carga de significado aplicado ao semióforo menor sua utilidade e vice e versa. Os cartões-postais objeto deste estudo são então, o semióforo e a imagem neles expostas, o visível, levando a esse invisível que Pomian descreve, ligando a produção europeia de postais do início do século XX, sua chegada ao Brasil, sua escolha e aquisição por Estella entre outros aspectos do distante no tempo.

A motivação para a reunião de objetos em coleção pode passar pelo prazer estético, a aquisição de conhecimento e possibilidade de conferir prestígio ao seu titular, pois os itens também são indicadores de seu gosto e riqueza. No entanto o prazer individual do colecionador não deve orientar a observação, deve-se ir além – compreender o porquê de determinado gosto e porque certos objetos e não outros. É essa perspectiva que dará a medida da sociedade, do que é significante para ela e o que privilegia e como esses objetos impactam os colecionadores.

Isto posto, podemos voltar a análise do arranjo final dado aos postais de Estella, onde a imagem se sobressaiu às mensagens, sendo agrupados nas 10 categorias a seguir (Figura 05): Família, Casais, Letras, Paisagens e Barcos, Crianças, Fauna e Flora, Mulheres, Estados Brasileiros, Países Estrangeiros e Diversos. A cada postal foi-se atentado como ponto de recuperação da informação o local, a data, a casa produtora do postal, a descrição da imagem e a transcrição da mensagem (correspondência).

Figura 05: Recorte da subsérie “Cartões-Postais”



CAPÍTULO III: Cartões-postais – resquícios de uma memória familiar

A utilização do cartão-postal pelas famílias das elites e por setores médios urbanos como correspondência e objeto de coleção durante os primeiros anos do século XX, torna-se hoje um importante material de memória a ser analisado. Nestes primeiros anos do século, identificados como “a idade do ouro” ou “os anos dourados” do cartão-postal, houve um aumento de sua produção e de seu consumo pelo mundo, quando o hábito de colecioná-los e utilizá-los como correspondência tornou-se uma prática comum, principalmente entre as mulheres.

Considerando os cartões-postais como representações que reúnem dois tipos de mensagem - verbal e não verbal -, verifica-se que abarcam vários autores e leitores ou, ainda, consumidores. Além disso, implicam várias problemáticas em relação ao arranjo a ser dado ao conjunto documental desta espécie: devemos dar prioridade na organização a partir da imagem, ou devemos analisá-lo como uma correspondência pessoal e, assim, elevar a mensagem escrita ao patamar de definição de classificação?

A partir destas questões, este capítulo busca compreender a relação dos cartões-postais com a fotografia, o sentido que lhe estariam conferidos no âmbito social, as formas de sua apropriação pelas famílias da elite carioca ao longo do século XX, a fim de ser um pequeno artigo pensado a partir do campo empírico da Coleção Família Bustamante.

4.1. O cartão-postal e a fotografia

Em 1930, Hermeto Lima escreveu um artigo para a Revista da Semana, publicada na cidade do Rio de Janeiro, à época ainda sob a alcunha de Capital Federal, no qual comentava a verdadeira epidemia do cartão-postal que se viveu naquele início de século, quando este adotou a fotografia e os processos de reprodução fotomecânicos sobre papel, aumentando sua produção e seu consumo:

“(...) E surgiam os cartões-postais de toda sorte, com os desenhos os mais extravagantes e com os dizeres os mais esquisitos. (...) Como complemento (...) vieram os álbuns para os colecionar e daí os colecionadores, que nunca acham dificuldades para completar as suas coleções, solicitarem de todo o mundo a honra de lhes mandar um cartão-postal para enriquecer seus álbuns.” (Revista da Semana, 15/2/1930)

Os postais neste período, principalmente no Brasil, promoveram a comercialização da fotografia, divulgando-a e padronizando seu formato (FABRIS, 1991; TURAZZI, 1995; KOSSOY, 1980). As designações "anos dourados" ou "idade de ouro", utilizadas para identificar este período do modismo dos cartões-postais, coincidiria com a denominada *belle époque*: um tempo em que se vivia a euforia do progresso, proporcionado pelos resultados da revolução científico-tecnológica que teria ocorrido entre meados do século XIX e a década de 1870 (SEVCENKO, 1998). A partir da aplicação de descobertas científicas aos processos produtivos, são desenvolvidos novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo. A fotografia, entre outros inventos, surgiu como desdobramento deste avanço da ciência e das técnicas, tornando-se símbolo da modernidade.

A moda de colecionar postais, depois de utilizá-los como correspondência, tornou-se uma prática comum entre os membros das elites e dos setores médios urbanos, contagiando praticamente todas as cidades do país. Os almanaques e revistas ilustradas, que já dominavam as técnicas de reprodução de imagens, veiculavam fotografias e postais nas suas páginas, além de propagandear-los através de anúncios. A imprensa tornava-se, assim, um dos meios de circulação daquelas imagens, marcando uma diferença em relação ao período anterior, quando a fotografia só circulava no âmbito privado da família. Ganhando o formato de cartão-postal, a fotografia teve sua circulação pelo mundo ampliada e suas formas de conteúdo (temática) e de expressão (técnicas empregadas) diversificadas. Além do retrato, os postais passaram a veicular outros gêneros fotográficos, como as vistas urbanas e as paisagens, constituindo um "inventário do mundo" (FABRIS, 1991).

As origens do cartão-postal, no entanto, nos remetem à ideia de correspondência, já que sua criação oficial foi atribuída ao austríaco Emmanuel Hermann (1869), quando este sugeriu uma forma simplificada e de custo mais baixo de correspondência, a chamada carta-postal. Esta consistia numa carta menor, na qual o uso do envelope era dispensado, ficando um dos lados reservado à mensagem e o outro ao endereço, apresentando como única ilustração as armas

imperiais do então Império Austro-Húngaro. A ideia rapidamente difundiu-se por toda Europa e demais continentes, tendo sido aceita ainda na década de 1870 pela União Postal Geral, mais tarde União Postal Universal, que reuniria vários países do mundo inteiro com fins de formarem um único território postal para troca recíproca de correspondências entre seus postos do Correio, estabelecendo regras comuns para a remissão de postais (BELCHIOR, 1986).

Com a introdução dos primeiros cartões ilustrados com gravuras, uma de suas faces foi, então, dividida entre a imagem e a mensagem, enquanto a outra ficou destinada ao endereço. O aprimoramento dos equipamentos fotográficos e o desenvolvimento de novos processos de impressão de imagens — fototipia, fotogravura, fotolitogravura — não só facilitariam sua reprodução, como o enriqueceriam visualmente ao misturarem diversas técnicas produzindo os cartões contendo bordados com desenhos, gravuras com fotos, as fotopinturas (coloração manual de imagens fotográficas) ou mesmo as fotomontagens.

A partir da incorporação da fotografia e desses processos de impressão em alguns países europeus (1891), o espaço ocupado pela imagem foi pouco a pouco ampliado a uma das faces do cartão, que acabaria firmando-se como a frente, cabendo ao verso, o endereço. A liderança na produção mundial de postais nesta época coube à Alemanha, sendo ultrapassada pelos franceses na década de 1910. Dessa forma, os cartões que circularam pelo Brasil nesta época eram em sua grande maioria europeus, principalmente franceses, além dos austríacos, ingleses, alemães, espanhóis e italianos.

No Brasil, somente na década de 1880 seriam impressos os primeiros bilhetes-postais ainda sem ilustrações. Em 1899, o governo brasileiro liberou a produção dos bilhetes-postais pela indústria privada, permitindo a inclusão de ilustrações no anverso (BELCHIOR, 1986). A partir de então, a produção e comercialização local se desenvolveram, expandindo-se pelas principais cidades do país.

Assumindo posição semelhante à Sociedade Cartophila Internacional Emmanuel Hermann, a Sociedade Cartophila, fundada na Capital Federal em 1904, através de seu órgão divulgador, a revista “A Cartophilia”. Ela recomendava as escolhas que deviam ser feitas em relação ao conteúdo das imagens, visando tanto o consumidor brasileiro como o estrangeiro. Reuniu entre seus membros colecionadores e figurantes de postais-retratos, escritores da Academia Brasileira de

Letras (ABL), como Olavo Bilac e Guimarães Passos, produtores de postais, entre os quais os editores A. Ribeiro e B. S. Gradim e o fotógrafo Augusto Malta, evidenciando assim que também os denominados “autores-produtores de imagens postais” também se manifestariam como cartofilistas ou colecionadores, marcando a aproximação entre os atos de produção e recepção das imagens.

A temática privilegiada neste início de século, em termos da produção brasileira de postais, seria a dos espaços urbanos onde as elites e os setores médios desfrutariam das novidades do progresso. O emprego da palavra cartão-postal como sinônimo dos pontos turísticos de uma cidade ou de uma bela vista urbana viria, assim, desta época.

Assim como havia recomendações em relação à escolha da imagem postal a ser produzida e consumida, o conteúdo da escrita também seria sugerido por alguns periódicos.

Os cartões-postais, ao incorporarem as ilustrações, depois fotografias, supririam a necessidade de se produzir uma linguagem que propiciasse a visualidade nas cartas, expressando as relações entre escrita e imagem e criando um modo próprio de escrita. A “febre” dos postais no início do século XX nos mostra, assim, a importância da correspondência como sociabilidade entre os indivíduos de todas as partes do mundo, nos quais se liam as imagens e se viam as palavras. O remetente, além de autor da escrita postal, tinha a possibilidade de se manifestar como autor da imagem, produzindo os próprios cartões, que poderiam ser constituídos por pinturas, desenhos, caricaturas, bordados ou colagens. Nestes casos, o autor-remetente – aqueles que selecionam o postal antes de adquiri-lo e enviá-lo ao destinatário, além de serem responsáveis pela escrita postal – tornar-se-ia também autor-produtor – os que produzem a imagem postal da imagem (VELLOSO, 1999). O fato de a parte do verso dos bilhetes ser vendida separadamente, sobre o qual eram coladas estas imagens produzidas, viabilizava sua aceitação pelos Correios.

4.2. Os postais, a família e a sociedade

O sentido do cartão-postal não se encontraria nele próprio como resultado de um ato de produção, mas dependeria também das maneiras de sua utilização pelo sujeito ou grupos de sujeitos, ou seja, pelos seus usuários. A família como

consumidora de postais os utilizaria, num primeiro momento, como correspondência, quando então os autores-remetentes entram em ação. Logo em seguida, seriam guardados, tornando-se objetos de coleção. Então, este papel de guardar e arquivar cabia geralmente às mulheres como destinatárias-colecionadoras – a quem são endereçados, a que recebe, lê e acondiciona os postais (VELLOSO, 1999).

A transição do cartão-postal - de objetos comercializáveis a objetos de coleção - seria intermediada pela sua utilização como correspondência. Nem sempre esta prática era realizada, já que havia consumidores que o adquiriam com o único fim de colecionar imagens, não existindo a escrita postal nestes casos. Embora significassem o barateamento tanto da carta como da fotografia e outras imagens, tornando-as acessíveis à maioria da população, a forma de sua apropriação se diferenciava aqui pela prática desta escrita, realizada por determinado grupo familiar.

O alto índice de analfabetismo na sociedade brasileira da época, visto que apenas membros das elites tinham acesso à educação, tornava a forma de comunicação por correspondência ainda bastante restrita. Logo, as famílias dos setores médios urbanos e das elites foram as que utilizaram os postais com maior frequência, como correspondência e objetos de coleção (LIMA, 1991). As imagens sobre os mais variados temas, acompanhadas da escrita, serviam como atestado da sintonia destas famílias com as novidades de seu tempo.

A escrita postal produzida pelo autor-remetente, geralmente, era constituída por pensamentos variados sobre amizade, notícias resumidas sobre familiares e amigos, viagens, lembranças de datas comemorativas como Natal, Ano-novo, aniversários, ou ainda apenas uma pequena dedicatória com data e assinatura. Fragmentos de escritos diversos que, reunidos numa coleção de postais, retratavam o cotidiano da família de forma ilustrada. De certa forma, esta escrita estaria condicionada ao espaço físico que lhe era destinado. Assim, na virada do século XIX para o século XX, predominaram as simples dedicatórias no local para o endereço, impossibilitando o envio do postal pelo correio sem uso do envelope. Ou quando eram remetidos pelo correio, escrevia-se sobre a imagem, datando e assinando.

A partir de 1905, aquele espaço foi ampliado quando o verso passou a ser dividido em duas partes iguais, sendo uma para a correspondência e outra para o endereço. Mesmo assim, era comum a escrita ocupar todos os espaços disponíveis do cartão, inclusive a parte da imagem. Em alguns casos, aproveitava-se até o espaço entre as linhas no verso para dar continuidade ao texto. O que poderia ser

visto também como uma forma de dificultar a leitura do que estava escrito, já que, com a não obrigatoriedade do uso de envelope na remessa dos postais, perdia-se de certa forma a privacidade da correspondência.

Os postais criaram, assim, um modo próprio de escrita. Além de modernizarem a prática da correspondência, ampliaram-na e firmaram-se como objeto de coleção no mundo inteiro.

A ideia de família nuclear burguesa - pai, mãe e filhos - que se tornou dominante na Europa do século XIX, exerceria influências sobre a família brasileira, apontada aqui como consumidora de postais, e que, nos séculos XIX e XX, oscilava entre uma família extensa e nuclear. Mesmo sendo mantida a supremacia masculina, os papéis sociais do homem e da mulher se transformavam.

Os hábitos de se corresponder por postais e colecioná-los surgiam então como novas formas de socialização que se abriam nas cidades para a família, a partir do projeto modernizador da República. Logo, os postais ao mesmo tempo em que se integravam nesta atmosfera do intimismo da família nuclear como meios de comunicação e aproximação entre os indivíduos, também expressavam a ampliação do horizonte familiar, principalmente da mulher, que era geralmente quem assumia a função de colecionadora. Isto porque, além de fazerem a conexão inter ou intrafamiliares, veiculavam imagens de outras realidades e mundos, permitindo-as sonhar e imaginar um mundo extrafamiliar.

Em função deste papel que era atribuído geralmente às mulheres, percebemos então, no interior da família consumidora da época, a distinção entre os gêneros feminino e masculino observada principalmente em relação à educação, a qual influenciaria nas suas formas de apropriação do cartão-postal. O interesse feminino pelo colecionamento de postais poderia advir desta divisão das áreas de estudo imposta pelo ensino da época. A mulher se interessaria pela beleza estética das imagens postais que representavam o mundo moderno, podendo ser visto também como manifestação da vontade de ampliar seus horizontes para além do espaço doméstico, muitas vezes sem precisar sair dele.

O trabalho de arquivar, guardar e zelar pelos postais recebidos de familiares requeria uma dedicação e um tempo mais difíceis de conciliar com o papel de mãe e esposa. Na condição de solteira, a mulher já passava a exercitar o papel que lhe era destinado, o de guardiã da família e de transmissora de valores.

4.3. A guarda de objetos e a formação de coleções

Com a fragmentação do social e ascensão do individualismo na modernidade, ampliou-se o hábito de posse e acúmulo de objetos com os quais os indivíduos se identificam, buscando estabelecer marcas que traduzam uma identidade. Não é à toa que o retrato e a carta, e depois os cartões-postais, expandem-se neste período como práticas do indivíduo e da família.

Neste sentido, as coleções particulares de postais que se formaram no início do século XX estariam impregnadas pela visão que orientou a criação dos primeiros museus e bibliotecas na Europa Ocidental, entre os séculos XVII e XVIII e, no Brasil, no século XIX. Ou seja, a ideia do enciclopedismo, do conhecimento universal, de todas as ciências e da arte. A ideia de um saber enciclopédico sobre o mundo, que permeia uma coleção de postais, poderia ser explicada pela diversidade das temáticas abordadas por suas imagens, como se constituíssem um inventário do mundo que deveria ser preservado e guardado, geralmente pelas mulheres, como foi visto anteriormente.

Logo, no caso da apropriação dos postais pela família, eles passariam quase que simultaneamente de objetos comercializáveis à objetos de coleção. Isto é, eles já eram consumidos com a intenção de colecionamento, ou seja, de constituir uma memória. Utilizados num primeiro momento como suportes para correspondência, o sentido da visão, aqui, se evidencia através da imagem em si e da escrita. A escrita e a imagem – exteriorizações ou materializações da memória, de uma memória que se visualizava.

De símbolos do novo e do moderno, os postais, quase que imediatamente, transformavam-se em peças do arquivo familiar, registrando um passado que no seu conjunto denotariam uma determinada visão de mundo. Como coleção que compunha este tipo de acervo, correspondia a um desejo de posse simbólica, já que suas imagens postais seriam como miniaturas ou representações desse universo, abordando os temas mais diversos. Esse sentimento de posse seria reforçado ao se misturarem os postais-retratos dos membros da família colecionadora, representada geralmente pela mulher, com os retratos de pessoas célebres e anônimas, imagens e paisagens do mundo, reproduções de obras de arte. Expressões do desejo de arquivar, de registrar um presente que rapidamente passava a ser passado ou de

reter as imagens do progresso, de um tempo moderno que se convertia em antigo num piscar de olhos.

O ato de colecioná-los, cultuado pelas famílias das elites ou das camadas médias urbanas, pressupunha assim, o desejo de se situar no mundo moderno e um olhar para o futuro, já que o que se representava, tornar-se-ia mais cedo ou mais tarde invisível, enquanto a imagem permanecia. Os postais de *souvenires* – lembrança em si – passavam à imagem da lembrança, provocando recordações e nostalgias, fazendo exercitar a memória. Aquela imagem que permaneceu constituiria, assim, uma “imagem-monumento”- aquilo que a família teria escolhido para representá-la no futuro como índice de um passado vivenciado por ela - “imagem-documento”.

Através da Coleção Família Bustamante, percebemos a intenção de sua colecionadora em preservar um conjunto de postais – prolongando o ato de sua recepção para a posteridade – o que nos permite hoje intitulá-los de fragmentos da memória familiar.

No período em que se formou a Coleção, a escrita postal foi, então, uma das formas pela qual se realizou o ato de consumo ou recepção da imagem, tendo como sujeitos os autores-remetentes que se dirigiram à destinatária-colecionadora Estella e à sua mãe, Amelia de Souza Santos, pressupondo assim, a seleção que demarcou a visão de mundo, no caso em questão, a da família Bustamante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar que esta pesquisa se voltou para o estudo dos Arquivos Pessoais inseridos em Arquivos públicos - em específico, o caso da Coleção Família Bustamante, custodiada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro -, tentando evidenciar que esse tipo de documentação deve ser, preferencialmente, tratada nestes locais de memória/história, devido à um corpo técnico mais especializado e capacitado para lidar com as inúmeras espécies e tipos documentais presentes num acervo pessoal, mas, sobretudo, por serem locais latentes para o exercício da cidadania.

Em segundo lugar, que a articulação entre o campo arquivístico e o historiográfico, no tocante ao conceito de memória é fundamental para os estudos a respeito de Arquivos Pessoais, já que os documentos reunidos no tocante da vida privada apresentam-se como fragmentos do espaço e do tempo que compõem uma memória familiar, presentificando o passado, através de suas impressões imagéticas e textuais. Para isto, o diálogo estabelecido entre os autores Pierre Nora e Maurice Halbwachs se faz bastante necessário.

Frisamos também que, mesmo não seguindo normas ou contextos padrões de acumulação, os documentos de caráter pessoal traduzem códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. Esses códigos ou sinais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos. E que o processo de descarte nestes acervos é estritamente subjetivo, o que acreditamos estar ligado à uma *memória afetiva*, definida neste trabalho como o valor sentimental que a pessoa deposita neste objeto.

Sobre os aspectos teóricos, a delimitação de Arquivo Pessoal se fez necessária, não só pelo motivo de seguirmos uma linha teórica, mas sim para se fazer reforçar que estes tipos de acervo também devem ser considerados documentos de arquivos, já que atendem toda as características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade, além de ser evidente a questão da proveniência e do respeito aos fundos. Outro aspecto refere-se ao contexto arquivístico que, como analisado por Thomassen (2006), vai além do contexto de produção e considera os fatores sociais, econômicos, culturais e

políticos como agentes no processo de elaboração de um documento. Esses fatores, nos arquivos pessoais, são em muitos casos altamente relevantes. Desconsiderá-los representa a perda da possibilidade de uma determinada construção de memória. Definir também os conceitos de fundo e coleção foram de extrema importância para o entendimento das justificativas de como se deu o tratamento técnico pela equipe do APERJ.

Em quinto lugar, o breve histórico acerca das instituições arquivísticas é de extrema importância para se entender o cenário brasileiro, em especial o carioca. Pela experiência adquirida no APERJ, percebemos que a força política (interna e externa) deste tipo de instituição só se dá quando há um corpo técnico bem capacitado em suas respectivas funções. Como força política interna, percebemos a criação de políticas institucionais e a elaboração de regras procedurais a fim de se documentar todos os processos de gestão e tratamento de acervos; já como força política externa, a imposição de seu lugar perante as forças do Estado, no tocante ao ser o centro decisivo das normas e padrões documentais a serem adotadas em todo o Executivo fluminense.

Por fim, nos enveredamos pelas histórias individuais de Eduardo, Hélio e Estella, e nas histórias coletivas dos Souza Santos, dos Sayão Bustamante e dos Bustamante, por meio de diferentes espécies documentais, acumuladas em mais de 100 anos de história desta família carioca. No decorrer da elaboração deste trabalho ficou evidente a importância do papel da mulher como colecionadora e guardiã da memória familiar. Através da construção de uma memória, que passava pela prática de colecionar postais, a mulher estaria buscando sua identidade na família e no mundo.

Por isso, as atividades de D. Pequeninina não poderiam ser melhor entendidas sem os estudos de Jean Baudrillard e Krzysztof Pomian, por relacionarem o sujeito em relação às suas coleções e acumulações, dando liga ao objeto colecionado e seu tutor; nem de Verônica Pimenta Velloso, Nelson Schapochnik e Solange Ferraz de Lima, pelos estudos sociais referentes aos cartões-postais e sua relação com a sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Memória, História e Coleção. In. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro v. 28, n. 1, p. 37-65, 1996.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Inventário “Coleção Família Bustamante”**. Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Relatório Anual de Atividades (2014)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/21VIJ9s>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. **Relatório Anual de Atividades (2013)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1SqpkXZ>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. **Relatório Anual de Atividades (2012)**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1SqpjDx>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. Introdução In: BERGER, Paulo. **O Rio de ontem no cartão-postal 1900-1930**. Rio de Janeiro: Rio Arte, 1986. p. 7-16.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p.183-200.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 jan. 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/1M4AXHs>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 jan. 1991. Disponível em: <<http://bit.ly/1q7xuOx>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida [et. al]. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação. FEUSP/FAPESP, 2010.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução CONARQ nº 17, de 25 de julho de 2003. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jul. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1Vd258B>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, jan/jun. 1998.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. v. 4, p.497-501.

COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Verella. **Como organizar Arquivos Pessoais**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001.

DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather. Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. **Archivaria**. Canadá, v. 67, jul. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/23kdpCj>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, jul. 1994.

FABRIS, Annateresa. A Invenção da fotografia: repercussões sociais. In: _____ (org.). **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991, p.11-37.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. **Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira (Projeto de Iniciação Científica)**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1ZRnDIE>>. Acesso em: 31 mar. 2016

_____. **Reconstrução dos contextos arquivísticos (Projeto de Iniciação Científica)**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/25BdUdz>>. Acesso em 31 mar. 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire (1925)**. Paris: Albin Michel, 1994.

HARTOG, François, Tempo e História: Como escrever a História da França hoje? **História Social**, n.3, p.127-154, Campinas-SP, IFCH/Unicamp. 1996

HEYMANN, Luciana. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos, In: GOMES, Ângela Maria de Castro. **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44.

KOSSOY, Boris. **Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX**. Rio de Janeiro: Funarte, 1980b.

LIMA, Solange Ferraz de. O circuito social da fotografia: estudo de caso II. In: FABRIS, Anateresa. (org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991. p. 59-82.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of Me In: **The Australian Library Journal**, v. 45, p. 174-187, ago. 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/21VnGCP>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

NASCIMENTO, Mariana Batista do. **Manual de identificação de atribuições de órgão produtor**: parâmetros para identificação das atribuições do órgão produtor visando a elaboração de plano de classificação de documentos. 2014. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1TPxRdO>>. Acesso em: 01 jun. 2016

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

NOUGARET, Christine. **Archives familiales et archives nationales**: une relation de deux siècles. Disponível em: <<http://bit.ly/29ORBsk>> Acesso em: 18 jul. 2016.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Arquivos Pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1MFA9c3>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Arquivos Pessoais e documentos digitais: uma reflexão em torno de contradições. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.35-48, jan/jun. 2008.

_____. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

_____. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos Arquivos Pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/22TtZwC>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estadual nº 2.030, de 11 de agosto de 1978. Dispõe sobre os atos da Administração do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 14 ago. 1978. Disponível em: <<http://bit.ly/29vhGll>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 2.638, de 25 de agosto de 1931. Rio de Janeiro, RJ, 25 ago. 1931. Disponível em: <<http://bit.ly/29ouPto>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 25.086, de 22 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a avaliação e destinação dos documentos produzidos e/ou recebidos pela Administração Pública Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 23 dez. 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/29vic2L>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 25.166, de 01 de janeiro de 1999. Estabelece a necessidade de uniformização dos procedimentos administrativos gerais em todas as Secretarias de Estado. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 01 jan. 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/29mr7jt>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 29.010, de 14 de agosto de 2001. Dispõe sobre a tabela de temporalidade dos documentos de atividade-meio do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro e sua aplicação. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 14 ago. 2001. Disponível em: <<http://bit.ly/29MmC1F>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 31.896, de 20 de setembro de 2002. Dispõe sobre a uniformização dos atos oficiais, estabelece normas sobre a categoria dos documentos oficiais, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 20 set. 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/29gnFFh>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 44.674, de 20 de março de 2014. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 20 mar. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/29hroU9>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. Lei Estadual nº 2.027, de 29 de julho de 1992. Autoriza o Poder Executivo a transferir as fichas e documentos do extinto DOPS para o Arquivo Público do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 07 ago. 1992. Disponível em <<http://bit.ly/29osD5d>>

_____. Lei Estadual nº 5.562, de 20 de outubro de 2009. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 20 out. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/1opBOXG>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Resolução CASA CIVIL nº 339, de 21 de março de 2014, que aprova a nova estrutura e regimento interno do APERJ. **Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/29s9Vvf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o índice de uma falta. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.17. 1996.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1X4ABEZ>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

SCHAPOCHNIK, Nicolau. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. v.3, p.423-512.

SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**: princípios e teorias. Tradução de Nilza Teixeira Soares 2. ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na *belle époque* In: _____. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 25-68.

STEWART, Susan. Objects of desire. In: _____. **On Longing**: Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection. Durham and London: Duke University Press, 1993. p. 132-169.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to Archival Science. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun., 2006.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos**: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte-Rocco, 1995.

VASQUEZ, Pedro Karp. **Postais do Brazil**. São Paulo: Metalivros, 2002.

VELLOSO, Verônica Pimenta. **Cartões-Postais**: fragmentos da memória familiar Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.